

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E
ORÇAMENTO PÚBLICO

JOSÉ SANDRO DA MOTA RIBEIRO

A IMPORTÂNCIA DO PRODUTO INTERNO BRUTO NO
PLANEJAMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS

Manaus

2009

JOSÉ SANDRO DA MOTA RIBEIRO

**A IMPORTÂNCIA DO PRODUTO INTERNO BRUTO NO
PLANEJAMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade do Estado do
Amazonas, como requisito para a
obtenção do grau de Especialista em
Planejamento Governamental e
Orçamento Público.

Orientador: Prof. Luiz Almir Menezes Fonseca, MSC

Manaus 2009

Sr. RIBEIRO, José Sandro da Mota
A Importância do Produto Interno Bruto – PIB no Planejamento do
Estado do Amazonas / José Sandro da Mota. ____Manaus:
UEA, 2009.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização – UEA
1. Agroindustrial I. Título

JOSÉ SANDRO DA MOTA RIBEIRO

**A IMPORTÂNCIA DO PRODUTO INTERNO BRUTO NO
PLANEJAMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade do Estado do
Amazonas, como requisito para a
obtenção do grau de Especialista em
Planejamento Governamental e
Orçamento Público.

Aprovada em ____/____/ 2009

Professor Orientador

Primeiramente a Deus, pois sem ele nada podemos realizar.

Aos meus familiares e amigos de curso que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu amadurecimento pessoal e para a minha vida.

Dedico

A Deus, que me fortalece para a vida todos os dias.

Aos meus pais, com justiça, pela doçura do seu amor e do seu carinho de toda vida.

Ao Prof. Orientador , pela sua liderança e orientação, fundamentais para a consecução deste estudo.

A todos aqueles que de alguma forma colaboraram para a realização deste tão esperado sonho.

Agradeço

Resumo

Este estudo visa descrever, a importância das Contas Regionais na qual está inserido o Produto Interno Bruto – PIB e sua função dentro do planejamento governamental do Amazonas, apresentando o comportamento do mesmo no período de 2002 a 2006, observando a questão do planejamento e sua história ao longo dos anos no Brasil. No primeiro momento a delimitação problema proposto e o início da mensuração das Contas Públicas através da Contabilidade Nacional. Também enfoca a história do planejamento no Brasil e Analisa os setores do PIB que por sua vez identificam que o indicador está voltado para o planejamento público. As atividades que compõem o PIB também são analisadas de forma setorial, pois o PIB divide-se em três setores: primário, secundário e terciário.

Abstract

This paper describes the importance of the Contas Regionais in which it is inserted into the Gross Domestic Product - GDP and its role within the government **planning** of the Amazon, showing the same behavior in the period 2002 to 2006, noting the issue of planning and its history over the years in Brazil. At first the demarcation problem and the proposed start of the measurement of the Public Accounts by the National Accounts. It also focuses on the history of planning in Brazil and analyzes the sectors of GDP which in turn identify the indicator focuses on the public planning. The activities that make up GDP are also considered in industry, since the GDP is divided into three sectors: primary, secondary and tertiary

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO I | 09 |
| 1 - INTRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TEMA | 09 |
| CAPÍTULO II | 12 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 12 |
| 2.1 Planejamento de Governo | 12 |
| 2.2 Planejamento na esfera governamental | 13 |
| 2.3 História do Planejamento no Brasil | 15 |
| 2.4 A história do planejamento no Brasil se desenvolve em vários planos | 15 |
| CAPÍTULO III | 23 |
| 3 O PRODUTO INTERNO BRUTO | 23 |
| 3.1 A Contabilidade Social. | 23 |
| 3.2 A Metodologia das Contas Regionais. | 25 |
| 3.3 Análise das Contas Regionais. | 28 |
| 3.4 Análise do Produto Interno Bruto do Amazonas em 2006. | 32 |
| 3.4.1 Produto Interno Bruto do Amazonas 2002 a 2006 | 35 |
| 3.4.2 Participação Percentual das Atividades Econômicas do Setor Primário no Produto Interno Bruto do Amazonas. | 38 |
| 3.4.3 Participação Percentual das Atividades Econômicas do Setor Secundário no Produto Interno Bruto do Amazonas. | 39 |
| 3.4.4 Participação Percentual das Atividades Econômicas do Setor Terciário no Produto Interno Bruto do Amazonas. | 41 |
| 3.4.5 Comparação do PIB do Amazonas e demais Unidades da Federação. | 47 |
| 4 CONCLUSÕES | 55 |
| 5 BIBLIOGRAFIA | 57 |

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TEMA

A necessidade de mensurar o tamanho da economia de uma determinada região foi preocupação no passado e tem sido no presente, de como medir, comparar e avaliar regiões de diferentes continentes.

As economias no passado eram medidas pelo padrão ouro que definia a riqueza de uma nação pela quantidade que esta possuía. Poucas nações possuíam grandes quantidades de ouro, grande parte dos países ricos eram aqueles que faziam muitas conquistas e usufruíam da riqueza de outros povos.

Mas tarde com o surgimento do comércio a relação entre regiões se fortalece e estas por sua vez aumentaram sua relação de troca as quais se fortaleceram com o advento da revolução industrial por volta do século XVII. Nesse novo cenário percebe-se que as nações produziram produtos mais sofisticados e estes atenderam a demanda interna e externa da nação.

A partir da 2ª Guerra Mundial as nações passaram a ser comparada pela quantidade de produtos, ou melhor, pelo seu volume produtivo, nasce então o Produto Interno Bruto que mede tudo que é produzido dentro de uma determinada região. No Brasil o nome são as Contas Nacionais e nos estados com o nome de Contas Regionais.

As Contas Regionais foram criadas a partir da necessidade de se medir a capacidade produtiva de cada Unidade da Federação brasileira. O Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística – IBGE é órgão responsável pela coordenação das Contas Regionais em parceria com as Secretarias de Planejamento ou Instituto de estatística de cada Estado. Segundo a publicação das Contas Regionais do Brasil 2002 a 2005 (p.09)

“A disponibilidade de informações que retratem a realidade socioeconômica regional vem-se constituindo numa exigência cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas regionais, uma vez que a mudança no padrão de relacionamento entre o governo federal, estados e municípios tem-se manifestado através de um forte movimento de descentralização. Tal processo, por sua vez, indica que daqui para frente as instituições de estatísticas regionais deverão assumir crescentemente não apenas o levantamento de dados como a estimação de dados e indicadores econômicos que orientem as ações de planejamento”.

Diante do exposto acima percebe-se a importância dessa ferramenta para o planejamento do Estado do Amazonas. Através do cálculo do Produto Interno Bruto – PIB chega-se ao cálculo da Renda Per Capita que serve de parâmetro para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e Fundo de Participação dos Estados – FPE .

Através do PIB é possível verificar o crescimento da economia, que permite no médio e longo prazo perceber o desenvolvimento de determinada região. Para que haja o crescimento e o desenvolvimento da capacidade produtiva é necessário que se crie políticas públicas que incentive o crescimento do PIB. Nessa perspectiva, o estudo apresenta como problema de pesquisa: Como o PIB, considerando a sua importância nas mensurações de ordem econômica e social, influencia no planejamento do Estado?

Como objetivo, o estudo trata de uma ferramenta econômica que mensura o crescimento e o desenvolvimento social e econômico do Estado do Amazonas, que são de suma importância para o planejamento estratégico do Estado, uma vez que, este mede a riqueza do Estado. Precisamos melhorar não apenas o volume de produção, mas a condição humana de cada amazonense.

Como hipótese, considerando o contexto aqui registrado, define-se que o planejamento precisa de mecanismos que possam subsidiar suas bases para que este reflita o alvo desejado.

Quando se pensa em planejar um país, estado ou município observa-se que existem muitos indicadores e índices, porém necessita-se de indicadores macros que mensurem o objeto de estudo como um todo, tendo como exemplo o PIB. Dessa forma quando o planejamento governamental é realizado em bases sólidas este fixa seus objetivos no crescimento e desenvolvimento socioeconômico, mas para isso tem que contar com indicadores que projetam o desempenho de sua administração com maior eficácia e eficiência.

A justificativa do presente trabalho revela-se no dimensionamento do PIB e sua importância para o planejamento de governo e torna-se importante quando este é aplicado às políticas públicas e recebe suporte para apoiar os resultados esperados de uma administração governamental. A criação de expectativas quanto a um futuro melhor e redução de custos por parte da administração pública requer que se faça um planejamento voltado para atender os anseios da sociedade e estas respondem por meio da participação no processo de criação desse planejamento.

Atualmente os estados trabalham com o PPA (Plano Plurianual) que projeta um plano de governo por quatro anos. Nesse período ocorrem avaliações dos principais projetos e reformulações de determinadas políticas públicas planejadas para atender as demandas da sociedade.

Quanto à metodologia adotada neste trabalho, considerando a sua característica, registrada por Fonseca (2008) a metodologia desenvolvida tomou como base a bibliografia existente e disponibilizada sobre o assunto, bem como os documentos primários, que existem nos segmentos públicos que abordam a temática levantada.

A análise das informações colhidas são apresentadas em formas de tabelas com as devidas explicações e indicações.

CAPÍTULO II

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Planejamento de Governo.

O planejamento está vinculado ao nível estratégico de cada instituição seja privada ou pública em melhorar seu desempenho e expor resultados que venham beneficiá-la e no mesmo ínterim suprir necessidades daqueles que dependem, ou não de seus serviços.

Segundo Matus (1993), planejamento pode ser definido como "cálculo situacional sistemático" está inserido dentro de um sistema o qual relaciona o presente e o futuro através das devidas ações. O planejamento, portanto, começa com a determinação dos objetivos e posteriormente detalha os planos necessários para atingi-los da melhor forma possível. Planejar é definir os objetivos e escolher antecipadamente o melhor curso de ação para alcançá-los. O planejamento define onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que seqüência.

Através do planejamento as instituições podem definir onde pretendem chegar, o que elas devem fazer, quando como e em que seqüência. O planejamento está dividido em três níveis diferentes, a saber: Estratégico, tático e operacional.

Fonseca (2008) registra que o planejamento estratégico é o mais amplo e abrangente da organização. Projetado a longo prazo, tem seus efeitos e conseqüências estendidos a vários anos pela frente, além de envolver a organização como um todo, abrangendo todos os seus recursos e áreas de atividade, e preocupar-se em atingir os objetivos a nível mais abrangente.

É definido pela cúpula da organização e corresponde ao plano maior ao qual todos os demais estão subordinados.

O planejamento tático, segundo o mesmo autor, é projetado a médio prazo, geralmente para o exercício anual. Envolve segmentos da organização, abrangendo seus recursos específicos, e é definido por cada segmento da organização.

Ainda revela o autor que o planejamento operacional é feito para cada tarefa ou atividade. Geralmente é projetado para o curto prazo, e envolve cada tarefa ou atividade isoladamente, preocupando-se com o alcance de metas específicas.

Dentro desses três níveis é que as organizações vão trabalhar para atingir suas metas e objetivos, melhorando o desempenho institucional. Dependendo da instituição pública ou privada os níveis de planejamento podem ser usados em momentos diferentes.

Segundo Chiavenato (1999 p.57).

‘é necessário que o processo de declaração do planejamento tenha como ponto de partida a determinação sistemática de objetivos estratégicos e de estratégias para atingi-los. Os planos estratégicos geralmente de longo prazo envolvem decisões de alto impacto organizacional e despendem grande volume de recursos na busca dos macroobjetivos da empresa’.

2.2 Planejamento na esfera governamental.

Dentro da esfera pública o planejamento apresenta características diferenciadas da atividade privada, enquanto as empresas planejam para aumentarem o lucro e expandirem seu campo de atuação, os governo busca promover o bem estar social.

Para Lopes (1990) a definição própria para o planejamento no setor público como sendo um "método coerente e compreensivo de formação e implementação de diretrizes,

através de um controle central de vastas redes de órgãos e instituições interdependentes, viabilizados por conhecimentos científicos e metodológicos”.

Dentro deste conceito o mesmo autor identifica-se algumas peculiaridades do planejamento governamental. Mencionando "diretrizes", além de "controle central de vastas redes de órgãos e instituições interdependentes". Nesse ponto, ele chama a atenção para a necessidade de haver órgãos específicos de planejamento, coordenando a criação e a implementação de políticas públicas. Cada unidade administrativa deve ter um planejamento separado e que integrado forme o planejamento governamental.

Segundo Matus (1993) a ação planejadora do Estado vai além da simples produção econômica, alcançando também o que ele define como "Produção Social", que tem um sentido mais amplo que produção econômica, envolvendo diversos aspectos da vida social da população. O planejamento governamental preocupa-se com o desenvolvimento socioeconômico e vislumbra-se em criar planos para este fim.

Em decorrência dessa "produção social", a implementação do planejamento público enfrenta dificuldades decorrentes da ação criativa de resposta dos atores sociais envolvidos, aumentando o grau de imprevisibilidade do modelo de planejamento adotado. Modelos matemáticos podem ser úteis na simulação de diferentes cenários, mas nem sempre são eficazes dados à complexidade decorrente das inúmeras reações possíveis, os que inviabilizam a construção de um modelo perfeito, que possa prever todas as variáveis envolvidas.

Na atualidade, as ferramentas de planejamento estratégico tem sido bastante usadas seguindo-se um novo padrão de administração com transparência e visão de futuro. Não se pode medir aquilo que não se conhece e nem onde quer chegar, isto posto nos remete a idéia que precisamos ter objetivos, foco e sermos visionários para melhorar futuras gerações.

Segundo Fonseca (2008) o planejamento no âmbito governamental pode ainda ser classificado em: nacional, regional, urbano e setorial.

O planejamento nacional busca definir metas e diretrizes para o país; o regional limita seu espaço geográfico a determinadas regiões do país que tenham certas peculiaridades; sendo

urbano tem espaço voltado para o ambiente onde se localizam as cidades e suas preocupações com o crescimento da mesma; sendo setorial liga-se a determinados setores como educação, transporte, energia e etc.

O planejamento não impede que haja falta de governança por parte dos gestores, mas este pode dar um norte para que as esferas nacional, regional e até estadual consigam ampliar a produção social e o desenvolvimento socioeconômico.

2.3 História do Planejamento no Brasil.

A década de 30 do século passado marcou a transição entre dois modelos de Estado no Brasil. Antes de 1930, o Brasil se caracterizava por uma estrutura econômica baseada na agricultura, sendo que o poder político se concentrava nas oligarquias rurais, localizadas em São Paulo e Minas Gerais. Mas, essas oligarquias foram se disseminando por conta de uma série de acontecimentos (principalmente a quebra dos produtores de café devido ao crash da bolsa de Nova Iorque em 1929, que reduziu drasticamente o mercado consumidor do café brasileiro), que culminaram com a revolução de 1930 e a subida de Getúlio Vargas ao poder, marcaram o fim do antigo modelo e o início de um novo, com participação mais ativa do Estado na economia, que pode ser denominado como nacional-desenvolvimentista.

A partir desse momento o Estado passou a ser mais participativo em suas funções se tornaram mais complexas. Essa participação ocorreu tanto na forma direta quanto indireta. Este era o cenário brasileiro quando foram efetivadas as primeiras tentativas de planejamento no Brasil, decorrência natural da nova concepção do Estado como fomentador do desenvolvimento nacional.

2.4 A História do Planejamento no Brasil se desenvolve em vários planos.

Plano Especial (Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional) no período previsto de 1939 – 1944 foi à primeira tentativa de alocação de recursos visando o atingir fins específicos. Tinha como objetivos principais a criação de indústrias básicas, execução de obras públicas consideradas indispensáveis e o aparelhamento da defesa

nacional. Mas, não chegou a constituir um plano propriamente dito foram apenas uma lista de obras a se fazer. No entanto alcançou alguns êxitos para o âmbito econômico com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional. (IPEA)

Plano de Obras e Equipamentos período previsto de 1944 a 1948, a execução desse plano foi precedida por duas missões técnicas norte-americanas encarregadas do diagnóstico dos problemas brasileiros, bem como a indicação das vias para a superação destes problemas. A Missão Taub (1942) e a Missão Cooke (1943) tiveram profunda influência na formação dos técnicos brasileiros, no tocante ao planejamento. Esse plano teve vida curta; embora tenha sido efetivamente aplicado nos dois primeiros anos, em 1946, devido a problemas econômicos em seu orçamento (diferenciado até então) foi incorporado ao Orçamento Geral da república. (www.pralmeida.org).

Plano Salte no período de 1950 a 1954 foi implantado no governo Dutra sob influência de técnicos do DASP, que convenceram o então presidente da república das vantagens do mesmo, uma vez que ele não era simpático à idéia. É considerada a primeira experiência de planejamento no Brasil implementada sob um regime democrático. A discussão no Congresso Nacional sobre o PLANO SALTE Elegia quatro setores como prioritários para os investimentos governamentais: saúde, alimentação, transporte e energia (daí a sigla SALTE, formada pelas iniciais destas palavras). Pela primeira vez nota-se a preocupação com a coordenação das ações por parte das diferentes esferas de governo. (www.pralmeida.org).

O Plano SALTE também redundou em fracasso por não possuir recursos suficientes para serem aplicados nos programas, além da falta de controle e excesso de concentração de poder na presidência.

O Plano de METAS foi criado em fevereiro de 1956 pelo Conselho de Desenvolvimento, no governo de Juscelino Kubistchek com as seguintes atribuições: Pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo. O plano consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria. (www.suapesquisa.com)

O Plano Trienal foi uma tentativa de planejamento instituída em meio à agitação política que marcou o breve governo de João Goulart e é nesse governo que se cria o Ministério Ordinário do Planejamento (1962), sob o comando do economista Celso Furtado. Esse plano buscou soluções para os problemas estruturais do país e tinha como objetivos a manutenção de elevada taxa de crescimento do produto, a redução progressiva da inflação, a redução do custo social do desenvolvimento, a melhor distribuição de seus frutos e a redução das desigualdades regionais de níveis de vida e durou apenas cinco meses. (www.pralmeida.org).

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo no período de 1964 a 1966, foi instituído pelo governo Castelo Branco, já sob a ditadura militar que derrubou o antigo presidente João Goulart, o PAEG enfatiza a viabilidade do modelo de planejamento dentro de uma economia de mercado. Seus objetivos primordiais eram: acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico, conter progressivamente o processo inflacionário, atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e assegurar oportunidades de emprego, além de corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos. (www.pralmeida.org).

O Plano DECENAL no período de 1967 a 1976 tornou-se a primeira tentativa de planejamento a longo prazo no Brasil, sendo que seu período previsto abrangia 10 anos. Mas não saiu do papel, pois nem chegou a ser executado. (www.pralmeida.org).

Programa Estratégico do Desenvolvimento no período de 1968 a 1970 foi idealizado durante o governo Costa e Silva, tinha como objetivos a aceleração do desenvolvimento econômico simultaneamente com a contenção da inflação, o desenvolvimento a serviço do progresso social e a expansão das oportunidades de emprego e de mão de obra. (www.pralmeida.org).

Metas e Bases para Ação do Governo no período de 1970 a 1972. Não chegou a constituir um plano em si, na verdade tratou-se mais de um documento de intenções do governo instituído pelo presidente Médici, dando continuidade aos objetivos traçados pelo PAEG, buscando inová-lo e corrigi-lo, sem descontinuí-lo. (www.pralmeida.org).

Primeiro Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico no período de 1972 a 1974 seguindo o plano anterior de "metas e bases", aperfeiçoando-o ao dividir o planejamento em duas grandes partes: modelo brasileiro de estratégia de desenvolvimento e execução da estratégia, ou seja, a implementação do planejamento. Estabelecia três grandes objetivos: colocar o Brasil, em uma geração, na categoria das nações desenvolvidas; duplicar, até 1980, a renda per capita do país; elevar a economia às dimensões resultantes de um crescimento anual do PIB entre 8% e 10%. (www.pralmeida.org).

Segundo Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico Instituído na época da primeira crise do petróleo, o que o influenciou diretamente. Com o sucesso advindo do 1º PND gerou um otimismo exagerado; acreditava-se que o Brasil conseguiria superar a crise econômica internacional por suas características naturais o que gerou uma expectativa superestimada de crescimento econômico, refletida no 2º PND.

Seus objetivos eram:

- manter o crescimento acelerado dos anos anteriores, com taxas de aumento de oportunidades de emprego de mão-de-obra superiores às da década passada;
- reafirmar a política de conexão da inflação pelo método gradualista;
- manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos;
- realizar políticas de melhoria de distribuição de renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico;
- preservar a estabilidade social e política; e
- realizar o desenvolvimento sem deterioração de qualidade de vida, sem devastação de recursos naturais.

Terceiro Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico foi idealizado em plena crise econômica mundial e nacional, que teve reflexos também no aspecto político, com o desgaste do regime militar, o 3º PND marca o fim do processo de planejamento como efetivo instrumento da política econômica financeira do país. Seus principais objetivos foram:

- acelerar o crescimento da renda e do emprego;
- melhoria da distribuição de renda com redução dos níveis de pobreza absoluta e elevação dos padrões de bem estar das classes de menor poder aquisitivo;
- redução das disparidades regionais;
- contenção da inflação;

- equilíbrio da balanço de pagamento e controle do endividamento externo; 6. desenvolvimento do setor energético; e
- aperfeiçoamento da instituições políticas.

Os anos 80 foram marcados por profundas crises econômica, política e social, que levaram à sua caracterização como a "década perdida". Durante o período, os efeitos da crise do petróleo se fizeram sentir, notadamente com a elevação das taxas de juros internacionais em 1982 e a moratória mexicana no mesmo ano.

No campo político e social, a ditadura militar demonstrava claros sinais de esgotamento. Sem conseguir manter as altas taxas de crescimento da década anterior e lutando contra a inflação e o desemprego crescentes, o governo tornava-se cada vez mais impopular. Manifestações populares a favor da abertura política tornavam-se cada vez mais frequentes. Neste cenário de incerteza política e econômica, o planejamento era visto como uma figura de retórica. Contribuíam ainda para essa visão negativa do planejamento na época o insucesso dos 2º e 3º Planos Nacionais de Desenvolvimento, durante a década de 70.

Prevaleceram no Brasil durante o período de planos heterodoxos de orientação voltada à política econômica (monetária e fiscal): Plano Cruzado e Cruzado 2 (1986), Plano Bresser e Verão (1987) e o Plano "feijão com arroz" do então Ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira. Todos estes planos tiveram eficácia pequena ou nula na resolução dos problemas econômicos brasileiros.

Durante os anos 90 a crise ainda estava grande e país concentrava forte inflação e prejudicava o crescimento econômico, mas a partir de 1994, com a criação do Plano Real, o país passou a experimentar uma estabilidade na economia que há muito não se observava.

Atualmente o governo trabalha na estrutura criada pela própria Constituição de 1988 que prevê e disciplina o planejamento governamental, ao estabelecer em seu artigo 165:

Artigo 165

Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Atualmente em todo o Brasil o planejamento tem sido adotado por todas as unidades da Federação e estas por sua vez planejam-se para melhorar suas gestões e obter melhor desempenho. Através do Plano Plurianual – PPA governos conseguem controlar melhor seus gastos e criam programas que são monitorados constantemente com o fim de obter os melhores resultados possíveis.

Uma vez aprovado, o Plano Plurianual deverá ter a duração de quatro anos, iniciando-se no segundo ano do mandato do Presidente da República e terminando ao primeiro ano do mandato do Presidente subsequente.

Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade. Através dessa ferramenta governos projetam o que podem melhor fazer para que o país juntamente com as unidades da federação venha a beneficiar a população.

Dentro desse cenário observa-se que outras ferramentas como indicadores de desenvolvimento podem ser projetados para monitorar o PPA e quando esses são vislumbrados numa ótica mais precisa e clara podem nos dizer onde e como fazer para ampliar o crescimento econômico.

As economias atuais e sua grande parte são abertas e nelas estão vinculados os parceiros internos e externos, os quais juntamente com governo e famílias formam o ciclo econômico. A participação de cada ator dentro deste círculo é fundamental para o funcionamento de uma estratégia de planejamento de qualquer nação. A questão mais importante para que o funcionamento da economia gere a expectativa do que foi planejado está juntamente no desempenho de cada ator que forma o círculo econômico, sejam as famílias, as empresas, o governo e o resto do mundo ambos são importantes e devem entender que o ciclo é formado de elos que ligam esses atores no cenário socioeconômico.

CAPÍTULO III

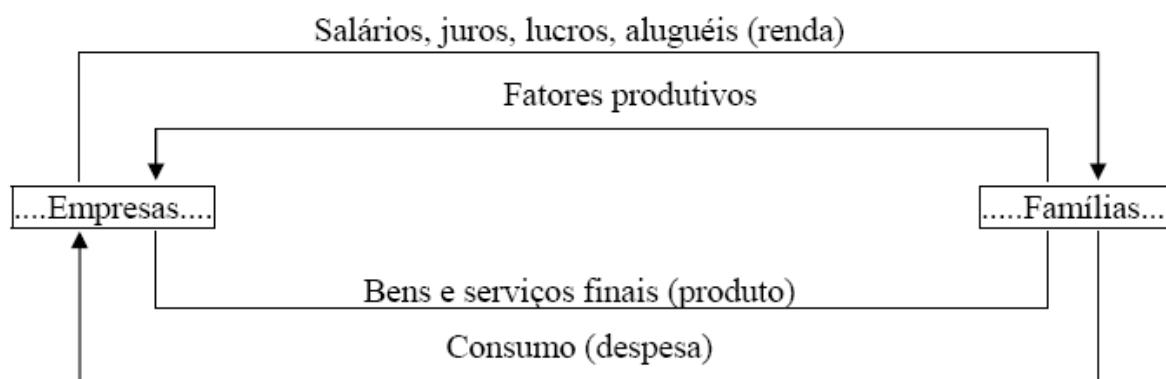
3 O PRODUTO INTERNO BRUTO.

3.1 A Contabilidade Social.

A contabilidade Social surgiu como necessidade de mensurar a capacidade produtiva de um país.

A Contabilidade Social é o conjunto de estatísticas de ordem econômica, preparadas e sistematizadas com o objetivo de possibilitar uma visão quantitativa, a mais precisa possível, da economia de um país. É uma síntese contábil dos fatos que caracterizam a atividade econômica de um país. (Pereira e Nakano, p.1 1972).

Segundo (Pereira e Nakano) o estudo da contabilidade nacional remota desde o século XVII quando já se utiliza o conceito de renda nacional. Dentre os melhores modelos de sistema temos o fluxo da renda assim representado abaixo:



Neste sistema simplificado as empresas, ao receberem os fatores de produção (trabalho, capital, recursos naturais), pagam às famílias uma remuneração (salários, juros, lucros, aluguéis) pela utilização dos mesmos, isto é, pagam uma renda. As empresas, combinando estes fatores, criam um conjunto de bens e serviços, o produto, que será vendido às unidades familiares. As unidades familiares, ao adquirirem este produto, realizam uma despesa.

Dentro desse modelo de sistema econômico simplificado é possível mensurar a economia sob três óticas: produto, renda, e despesa.

Pela ótica do produto o cálculo é feito através da soma total dos bens e serviços finais produzidos durante o período; pela ótica da renda é, remuneração paga às famílias pelo fornecimento de fatores de produção para as empresas elaborarem o produto e pela ótica da despesa é, a despesa total realizada pelas famílias ao comprarem o produto. Em resumo seria esse o modelo das contas nacionais.

Atualmente o Brasil e maioria dos países adotam o sistema de contas referenciado no manual SNA (1993) publicado pelas Nações Unidas em 1993.¹

O SCN apresenta, por setor institucional, as contas correntes e a conta de acumulação, primeiro segmento das contas financeiras². A visão de conjunto da economia é fornecida pelas Contas Econômicas Integradas - CEI onde, numa única tabela, são dispostas, em colunas, as contas dos setores institucionais, do resto do mundo e de bens e serviços. Inclui, também, uma coluna para a soma dos setores institucionais, isto é, o total da economia onde os macros agregados são diretamente visíveis.

Mais tarde no Brasil com a necessidade de mensurar a economia regional o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE criou as Contas Regionais dando as Unidades da Federação conhecer o tamanho de sua economia o que será visto adiante.

¹ United Nations, World Bank, International Monetary Fund, Commission of the European Communities, Organization for Economic Cooperation and Development, “System of National Accounts 1993”, NY, 1993.

² O sistema completo prevê ainda as outras contas de acumulação – contas de outras variações no volume e conta de reavaliação – e conta de patrimônio – conta de patrimônio inicial, conta de variação de patrimônio e conta de patrimônio final.

3.2 A Metodologia das Contas Regionais.

A metodologia utilizada para a mensuração da construção das Contas Regionais do Brasil consiste no cálculo da Renda Interna de cada um dos 26 Estados, mais o Distrito Federal. A metodologia adotada para a montagem da Conta de Produção Regional é compatível com a Metodologia do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, implementada pelo IBGE a partir de recomendações feitas pelas Nações Unidas, e comparável entre todas as Unidades da Federação.

No modelo atual das Contas Regionais, é baseado fortemente nas pesquisas anuais do IBGE, a informação mais completa refere-se às empresas e também às suas unidades locais. Este modelo tem como vantagem a melhor informação sobre os fatores produtivos necessários para construção dos agregados com base nos dados contábeis das empresas, que em última instância, é a informação mais próxima da sua estrutura administrativa e organizacional. Naturalmente, por ser uma empresa formal, ela já convive com a prestação de contas sobre o seu desempenho financeiro junto ao órgão de fiscalização fazendária. As atividades estão assim divididas:

- **AGROPECUÁRIA:** No novo ano de referência (2002), foi replicado para as unidades da federação (UF) o trabalho feito nas contas nacionais, onde a agropecuária está desdobrada em doze atividades: sete da agricultura, três da pecuária, uma da silvicultura e exploração vegetal, além da pesca.
- **AGRICULTURA :** Cultivo de Cereais; Cultivo de Cana-de-açúcar; Cultivo de Soja; Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Temporária; Cultivo de Cítricos; Cultivo de Café; Cultivo de Outros Produtos da Lavoura Permanente.
- **PECUÁRIA :** Criação de Bovinos, Outros Animais Vivos e Produtos de Origem Animal; Criação de Suínos; Criação de Aves
- **SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL**
- **PESCA**

INDÚSTRIA: Para as atividades industriais, que são, Indústria de Transformação, Extrativa Mineral e Construção Civil, a exceção dos Serviços Industriais de Utilidades Pública (SIUP), foi introduzido a Pesquisas Anual da Indústria (PIA) e a Pesquisa Anual da Construção Civil (PAIC) do IBGE. A introdução da pesquisa torna-se o fator diferencial mais importante neste novo contexto no trabalho, tanto nas Contas Nacionais quanto nas Contas Regionais.

- **INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL:** Na construção da atividade foi utilizada a PIA e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, exceto para a atividade de extração de petróleo e gás.
- **INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO:** Na construção desta atividade foi utilizado a PIA para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria, tanto para o ano de referência, quanto para os anos subsequentes. E a PIM para o cálculo do índice de volume.
- **INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO:** Para construção dos agregados da atividade, foi utilizada a Pesquisa da Indústria da Construção (PAIC) para as empresas formais e a PNAD para os trabalhadores por conta própria
- **SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA (SIUP):** É feito o levantamento dos balanços contábeis de todas as empresas classificadas nesta atividade (empresas de geração e distribuição de energia elétrica, de tratamento e distribuição de água e esgoto). Os dados balanços foram transformados para os conceitos da contabilidade nacional e foi estimada uma função de produção. O total dos resultados obtidos por UF foram ajustados aos dados nacionais.

SERVIÇOS:

- A atividade de serviços foi aquela que mais se beneficiou com a introdução das pesquisas anuais do IBGE, desde os censos econômicos da década de 80 não se tinham tantos parâmetros para as atividades produtoras de serviços, agora, no novo ano de referência a cada ano poderemos acompanhar o comportamento destes setores.

- Com o resultado das contas nacionais divulgado pelo IBGE (ano de referência 2000), percebeu-se que os setores de serviços ganharam participação no PIB em detrimento dos setores produtores de bens e certamente isto vai ser percebido regionalmente.
- A introdução da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) e da Pesquisa Anual do Comércio (PAC) se configura na grande mudança estrutural da nova série de referência. Todo este novo contexto não configura mudanças de procedimentos e sim, percepção anual do setor demonstrado pelas pesquisas.
- O setor de serviços foi classificado no novo ano de referência em onze atividades para divulgação.
 - Comércio e serviços de manutenção e reparação
 - Transportes e armazenagem e correio
 - Serviços de alojamento e alimentação
 - Atividades imobiliárias e aluguel
 - Serviços prestados às empresas
 - Serviços prestados às famílias e associativos
 - Serviços de informação
 - Intermediação financeira, seguros e previdência complementar
 - Administração, saúde e educação públicas
 - Saúde e educação mercantis
 - Serviços domésticos

A construção da série compreendeu a seleção das fontes estatísticas provenientes de pesquisas, balanços contábeis e registros administrativos necessários ao cálculo do valor da produção, consumo intermediário e valor adicionado, medidos a preços correntes e constantes, construídos a partir de uma estrutura de ponderação móvel, isto é, preços constantes do ano imediatamente anterior.

Ao medir a agregação de valor proveniente da produção de bens e serviços para determinado período, o PIB propicia o acompanhamento da evolução das atividades econômicas do Estado. Ademais, por solicitação do Tribunal de Contas da União (TCU) é utilizado institucionalmente como um dos parâmetros para definir a distribuição de recursos dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM).

3.3 Análise das Contas Regionais.

A figura 01 apresenta os dados da Região Norte que participa com 5,1% do Produto Interno Bruto do Brasil. O Estado do Pará, com R\$ 44,376 bilhões, é seu maior representante em 2006, seguido pelo Amazonas com R\$ 39,166 bilhões. Ambos representam as economias mais importantes da Região.

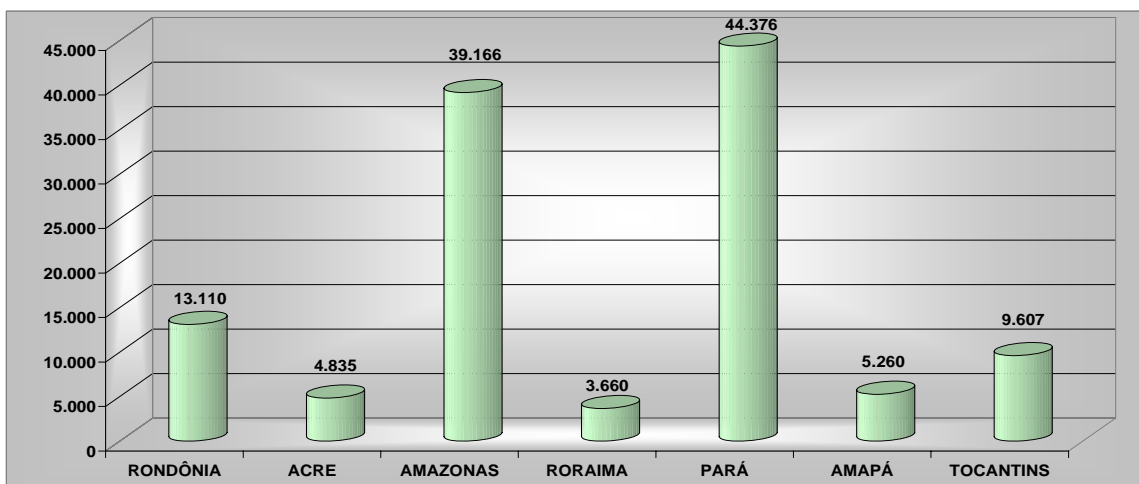


Figura 01: PIB 2006 a preço de mercado corrente dos Estados da Região Norte (Milhões de R\$).

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

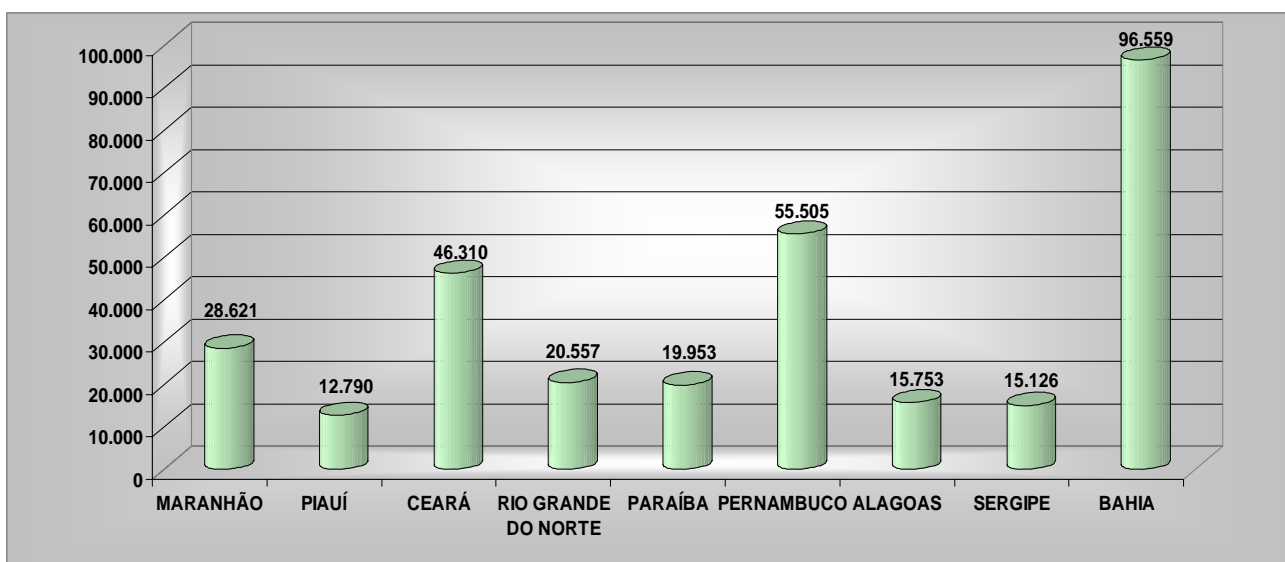


Figura 02: PIB 2006 a preço de mercado corrente dos Estados da Região Nordeste (Milhões de R\$).

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

A figura 02 apresenta a Região Nordeste que participa com 13,1% do Produto Interno Bruto do Brasil e o Estado da Bahia com R\$ 96,559 bilhões é seu maior representante em

2006, seguido por Pernambuco com R\$ 55,505 bilhões e destaque para o Ceará que representa a terceira economia da Região com R\$ 46,310 bilhões.

A figura 03 apresenta a Região Sudeste que representa a maior concentração econômica do país e sua participação no PIB em 2006 ampliou de 56,5% em 2005 para 56,8% em 2006. O Estado de São Paulo é a economia mais forte e importante da Região e do país com R\$ 802,552 bilhões. O Rio de Janeiro ocupa a segunda colocação da Região com R\$ 275,363 bilhões.

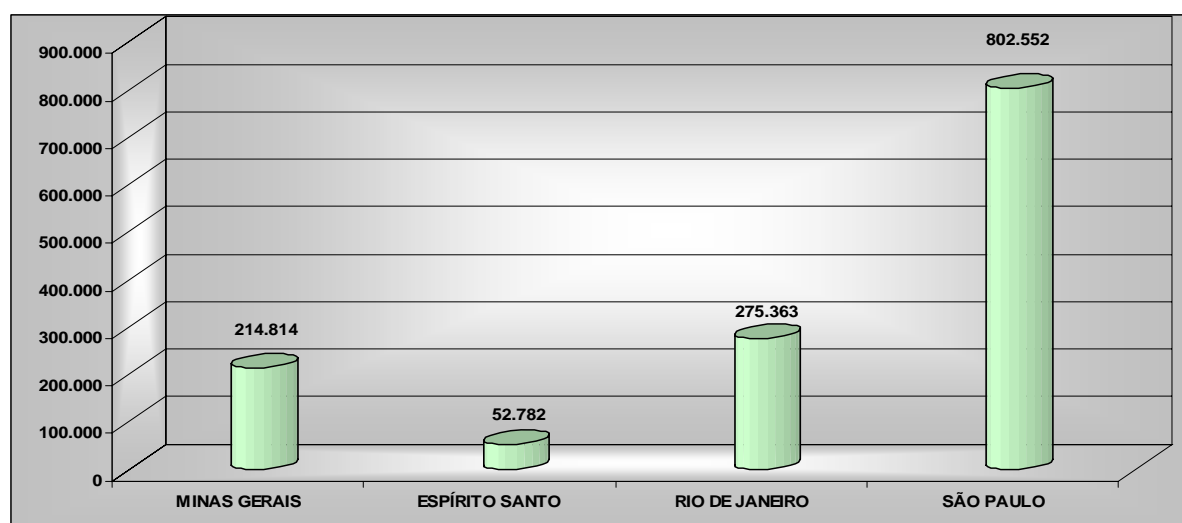


Figura 03: PIB 2006 a preço de mercado corrente dos Estados da Região Sudeste (Milhões de R\$).

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

A figura 04 apresenta a Região Sul que é a segunda mais importante do país e participa com 16,3% do Produto Interno Bruto do Brasil no ano de 2006, apresentando queda de 0,3% pontos percentuais em relação a 2005. Na Região Sul o Rio Grande do Sul é em 2006 a maior economia com R\$ 156,883 bilhões, seguido do Estado do Paraná com R\$ 136,681 bilhões.

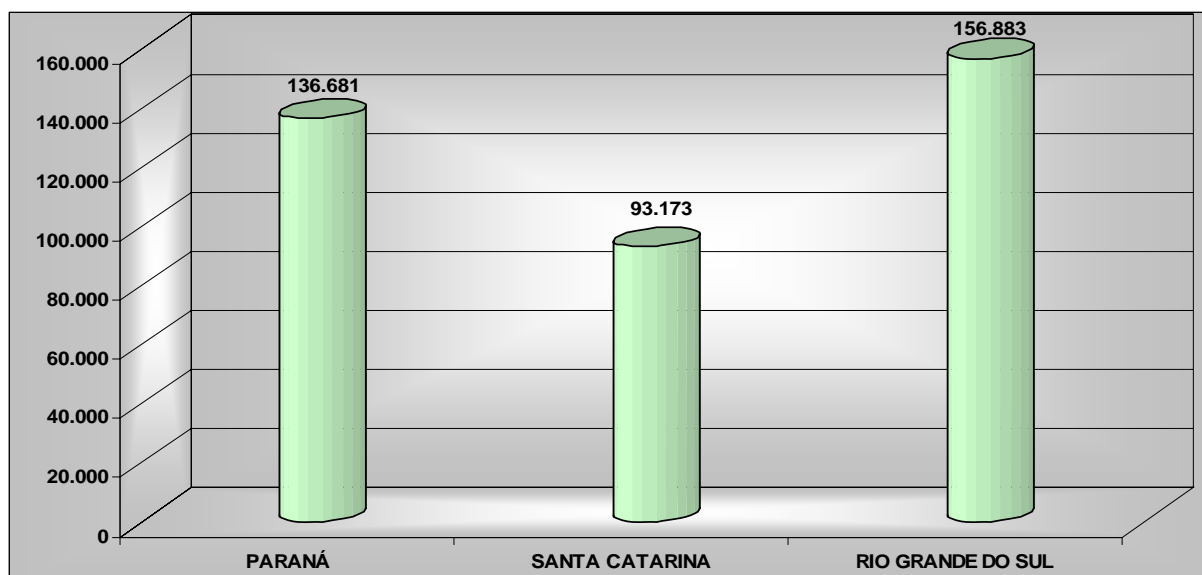


Figura 04: PIB 2006 a preço de mercado corrente dos Estados da Região Sul (Milhões de R\$).

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

A figura 05 apresenta a Região Centro – Oeste que é a quarta mais importante do país e participa com 8,7% do Produto Interno Bruto do Brasil no ano de 2006. O Distrito Federal é a economia mais importante da região com R\$ 89,630 bilhões e o setor público de Brasília é um dos grandes responsáveis por esse valor.

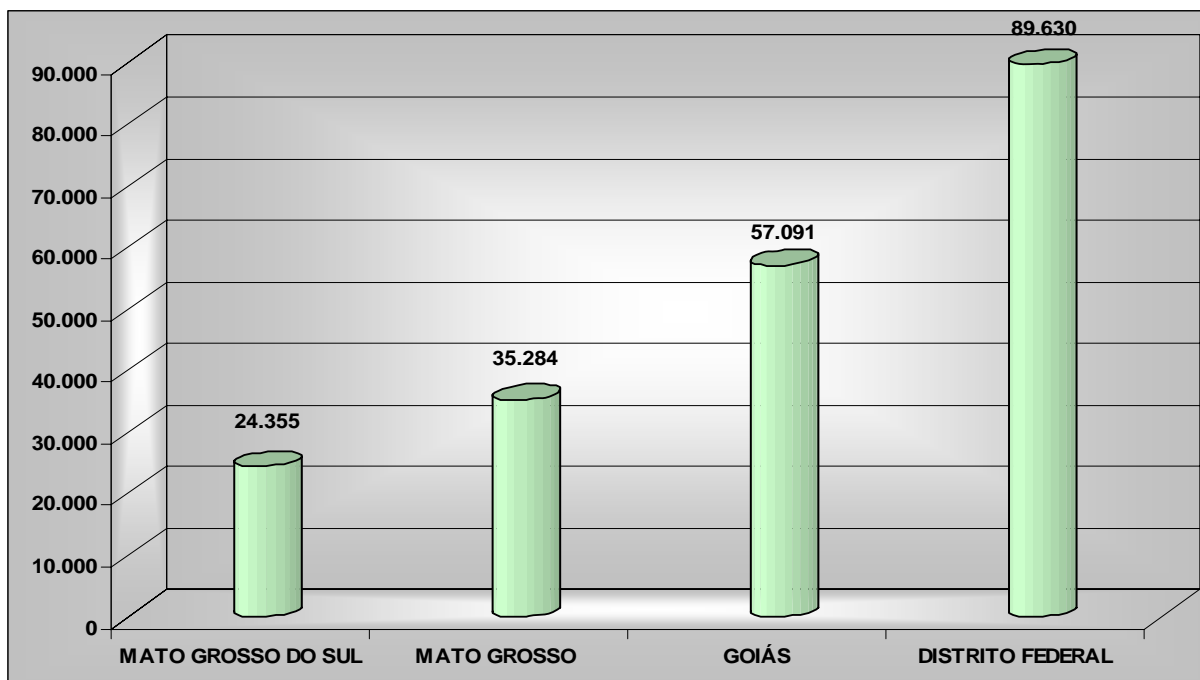


Figura 05: PIB 2006 a preço de mercado corrente dos Estados da Região Centro – Oeste (Milhões de R\$).

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

Abaixo a figura 06 apresenta o valor do PIB por região em 2006. Destaque para o Sudeste com R\$ 1,34 trilhões.

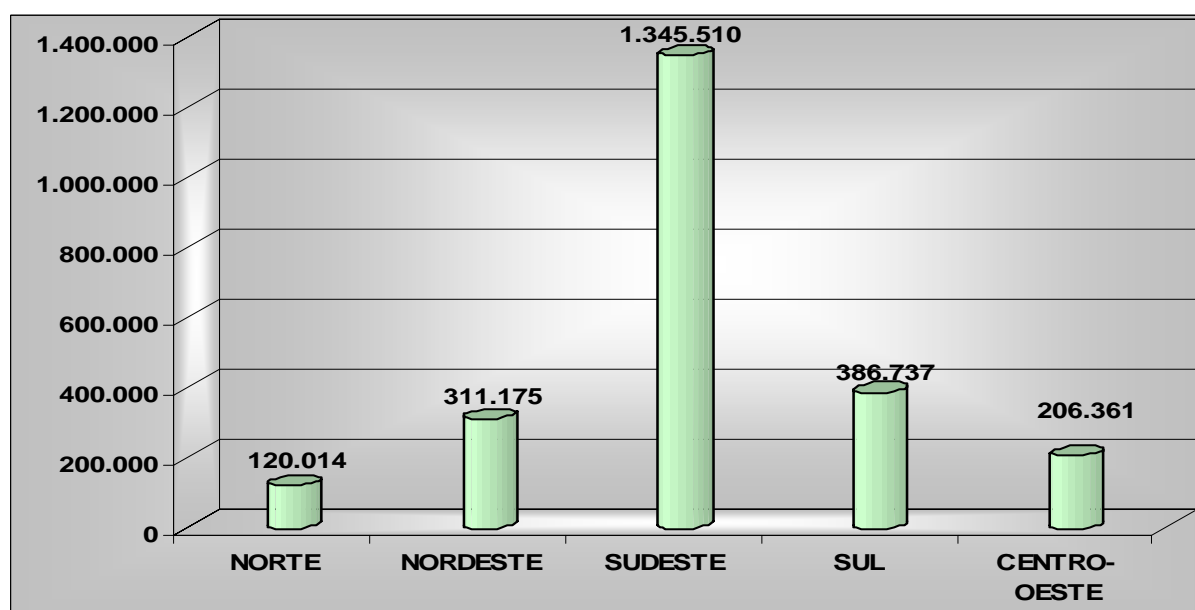


Figura 06: PIB 2006 a preço de mercado corrente das Regiões Brasileiras (Milhões de R\$).

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

3.4 Análise do Produto Interno Bruto do Amazonas em 2006.

A economia amazonense em 2006 cresceu, mas não o suficiente para superar o índice de 2005 quando atingiu 10,2% de crescimento. Em 2006 o crescimento de 2,6% frente aos últimos três anos da série nos mostra uma economia muito concentrada ainda na Indústria de Transformação.

O recuo da Indústria Geral em 2006 foi -2,2% sendo um dos grandes responsáveis na redução do desempenho produtivo do Estado. Em 2005 a Indústria havia alcançado o índice de 11,8%, fator preponderante para o crescimento do PIB para aquele período, mas em 2006 a Indústria do Amazonas não alcançou os mesmos resultados obtidos em 2005. No entanto, algumas atividades econômicas se destacaram e foram importantes para colocar o Amazonas no patamar de 14º economia do país.

Na participação do PIB brasileiro, o Estado aumentou o índice de 1,55% em 2005 para 1,65% em 2006. O PIB *per capita* apresentou aumento de 14,64% em relação a 2005, saiu da cifra de R\$ 10.318,00 para R\$ 11.829,00. Estamos melhorando a renda do Estado a cada ano e atraindo novos investimentos para o Amazonas.

Em termos de valores correntes, na comparação 2006/2005, o Estado aumentou seu PIB em 17,43%, saindo de R\$ 33,352 bilhões para R\$ 39,166 bilhões e crescendo mais que a média estimada. Ressalva-se que o Estado aproveitou bem os anos de crescimento da economia mundial e brasileira, ampliando sua produção no tempo exato.

A participação das atividades econômicas do Amazonas no valor adicionado bruto do Brasil apresentaram mudanças: A Indústria de Transformação aumentou sua participação no PIB do Brasil saindo de 2,98% em 2005 e indo para 3,43% em 2006. A Construção Civil também ampliou sua participação na comparação entre 2005 e 2006, saindo de 1,54% para 1,70% reflexo do crescimento vertical da cidade de Manaus e obras de infra-estrutura Estadual. Outra surpresa foi o aumento da participação da atividade econômica Pecuária e Pesca, que saiu de 1,11% em 2005 para 1,35% em 2006. O Comércio apresentou queda, que saiu de 1,31% de participação em 2005 e para 1,22% em 2006.

Segundo a Pesquisa Mensal Industrial – PIM, as Indústrias de Transformação e Extrativa do Amazonas em 2006 apresentaram recuo de -2,1% e -7,9% respectivamente, a primeira mais impactante que a segunda para determinar o desempenho produtivo do Estado.

Na Indústria de Transformação a atividade material eletrônico, aparelhos e equipamentos recuaram -12,8% na comparação 2006/2005, lembrando que este seguimento representa o maior peso desta atividade econômica, e quando este recua prejudica o desempenho do Pólo Industrial de Manaus. Essa atividade concentra indústrias do Pólo Eletroeletrônico que fabricam equipamentos como: celulares, televisores, DVD's entre outros. Na verdade este recuo foi ocasionado em parte pela redução de produção de celulares que em 2005 haviam sido responsáveis pelo aumento das exportações em mais de um bilhão de dólares, juntamente com outros seguimentos que aqueceram a economia amazonense naquele período. Entretanto em 2006 a fábrica de celulares Nórdica levou sua plataforma de exportação para o México o que reduziu a produção de celulares em -28,54% na comparação 2006/2005. O fato desencadeou também na redução do faturamento do seguimento de celulares em -12,78% na comparação 2006/2005 e o desempenho do PIM não foi tão expressivo.

A produção de televisores e motocicletas apresentaram resultados positivos na produção com 17,32% e 21,07% respectivamente na comparação 2006/2005. As motocicletas apresentaram aumento em termos relativos de 27,38% no faturamento, enquanto que os televisores apenas 1,86%. O crescimento desses produtos foram os que amenizaram a queda da Indústria Local.

Outros seguimentos da Indústria também tiveram expansão como no caso dos Produtos de Metais que cresceram 30,5% e o setor edição, Impressão e Reprodução de Gravações com 38,9%, além de Máquinas e Equipamento que cresceram 17,4%, e foram importantes para que a queda do setor não fosse tão acentuada.

Na comparação 2006/2005 as atividades Pecuária e Pesca apresentaram índice de crescimento de 11,2% com destaque para expansão do efetivo de rebanho bovino com

3,95%; Galos, Frangas, Frangos e Pintos com 6,9% e Galinhas com 9,7%. Também houve aumento de índice da produção de origem animal com destaque para ovos de galinha (mil dúzias) de com 23,64% e Leite (mil litros) 3,39%, sendo ovos o maior valor em termos

reais. Os peixes ornamentais que apesar da queda de -3,92% nas exportações tem importância significativa na economia local e o crescimento da pesca extrativa continental que foi de 3,44% na comparação 2006/2005 auxiliaram no crescimento desta atividade.

Na comparação 2006/2005, o setor agrícola perdeu participação econômica no Estado, tinha 3,85% em 2005 e caiu para 3,56% em 2006. O grande responsável foi a mandioca que recuou o índice de produção em -12,14%. Por ser a mandioca o produto mais importante e de maior peso na agricultura local, a mesma influenciou na queda do setor agrícola em -8,04% no PIB de 2006.

A atividade Construção Civil cresceu 7,66% na comparação 2006/2005 no seu volume de produção, impulsionada pelo investimento na construção e ampliação de onze portos, além do crescimento vertical acelerado da cidade de Manaus que vem ocorrendo desde 2004, que permitiram a expansão deste setor.

Nos Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP houve um crescimento de 0,6% gerado pelo programa Luz para Todos do Governo Federal e implantação de novos projetos Industriais que requer mais investimento e aumento da capacidade instalada.

A atividade Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação cresceu 7,2% 2006, porém não o suficiente para superar o índice de 2005 de 15,7%. Tanto o comércio local quanto o Exterior apresentaram queda em 2006. A redução mais forte ocorreu no comércio varejista ampliado, que saiu de 31,89% em 2005 para 20,69% em 2006. No comércio estão inclusas as vendas de veículos, material da construção civil, além do comércio varejista. As figuras de 07 a 28 apresentam os dados mais importantes do PIB do Amazonas de 2002 a 2006.

A seguir as figuras e tabelas representam os dados do Produto Interno Bruto do Amazonas e o comportamento do mesmo no período de 2002 a 2006.

3.4.1 Produto Interno Bruto do Amazonas 2002 a 2006.

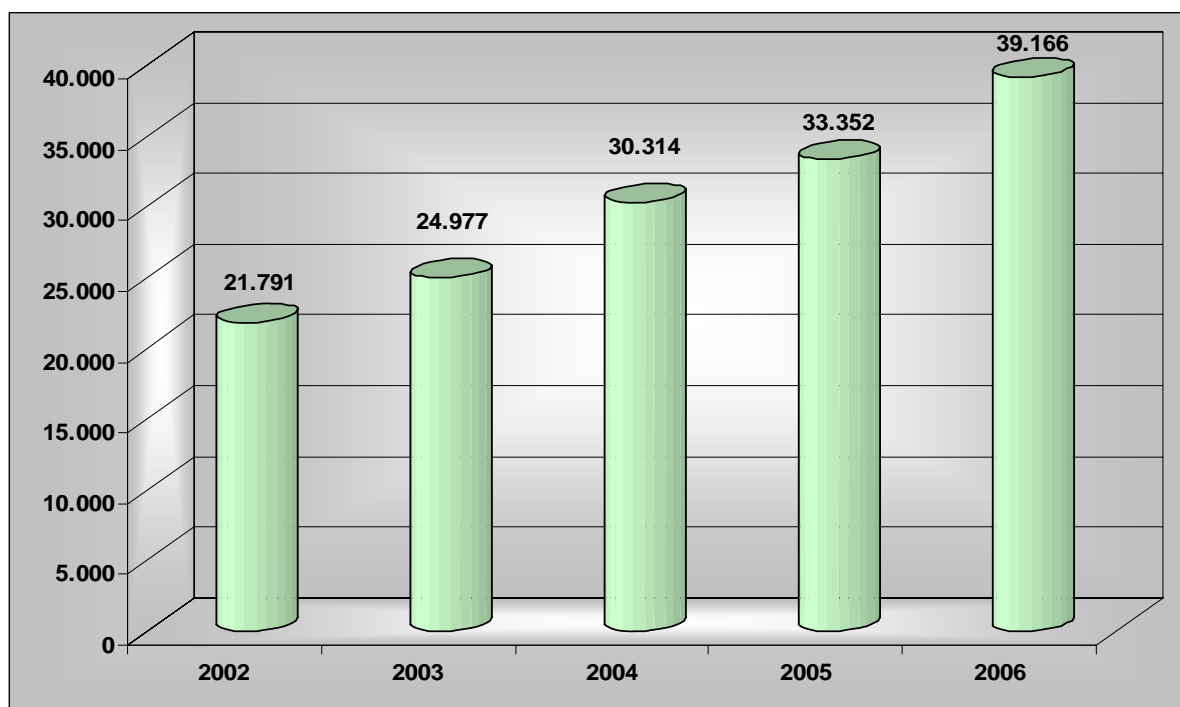


Figura 07: PIB a preço de mercado corrente do Amazonas de 2002 a 2006. (Milhões de R\$).

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

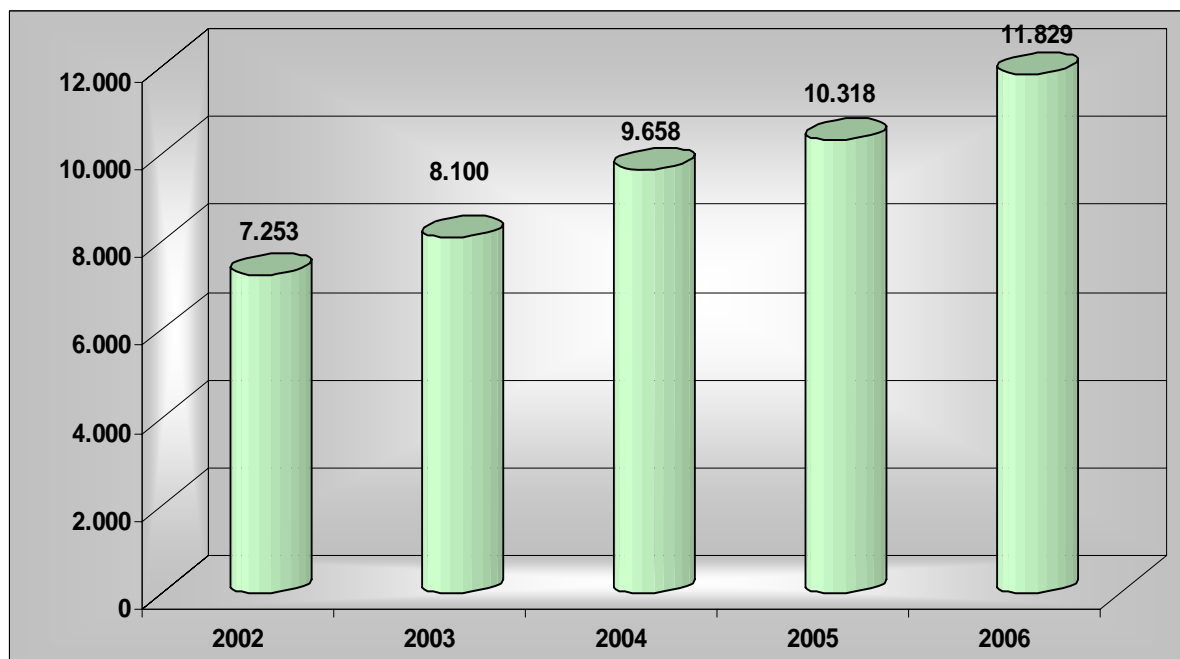


Figura 08: PIB per capita a preço de mercado corrente do Amazonas de 2002 a 2006. (Milhões de R\$).

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

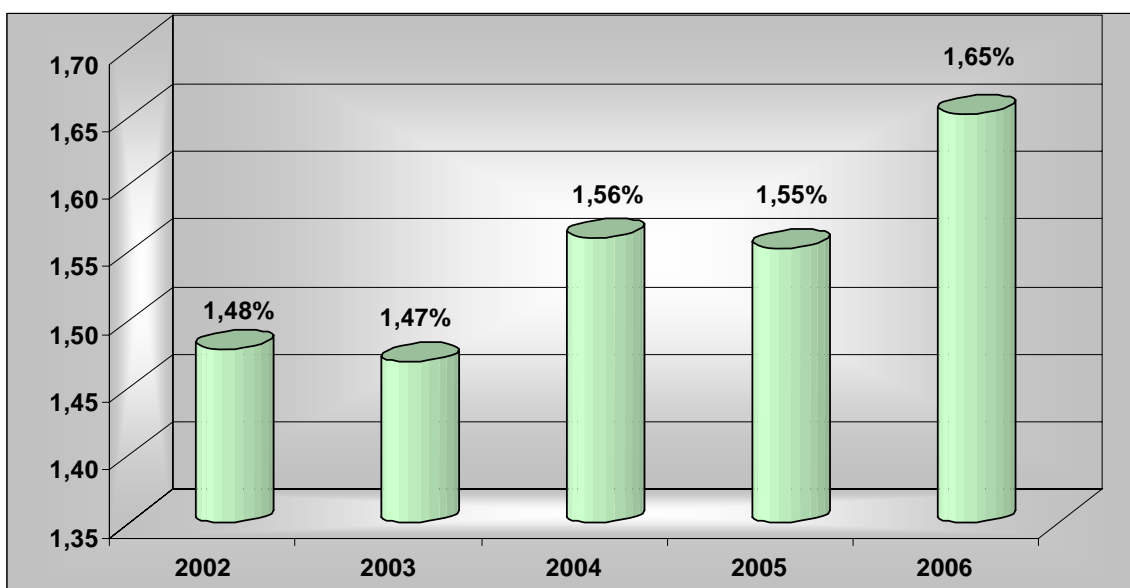


Figura 09: Participação percentual do Amazonas no Produto Interno Bruto do Brasil de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

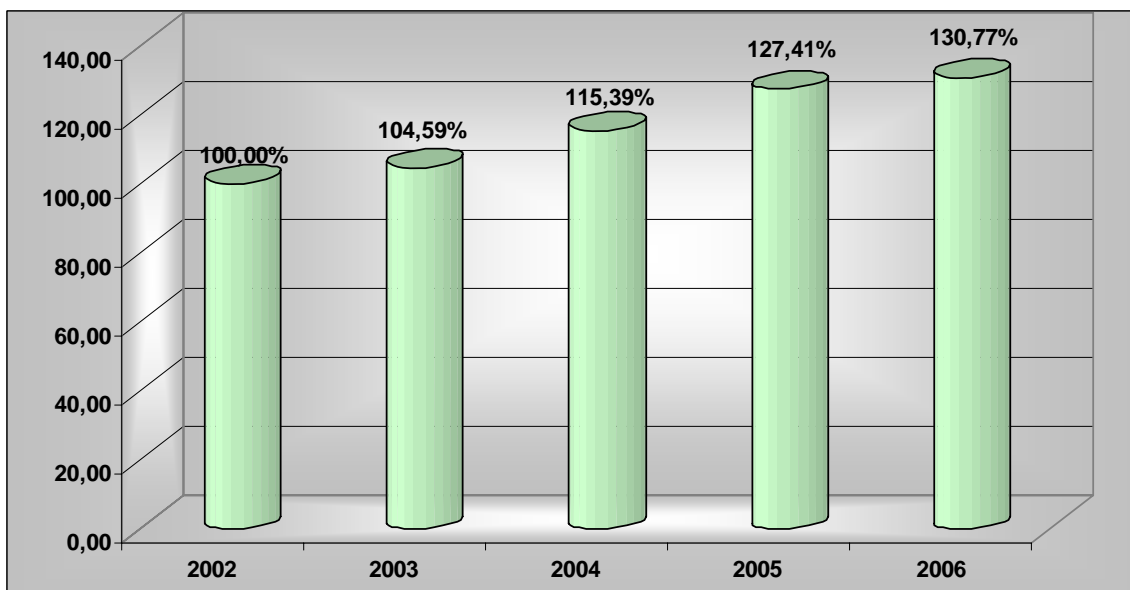


Figura 10: Variação Acumulada em percentual do Produto Interno Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

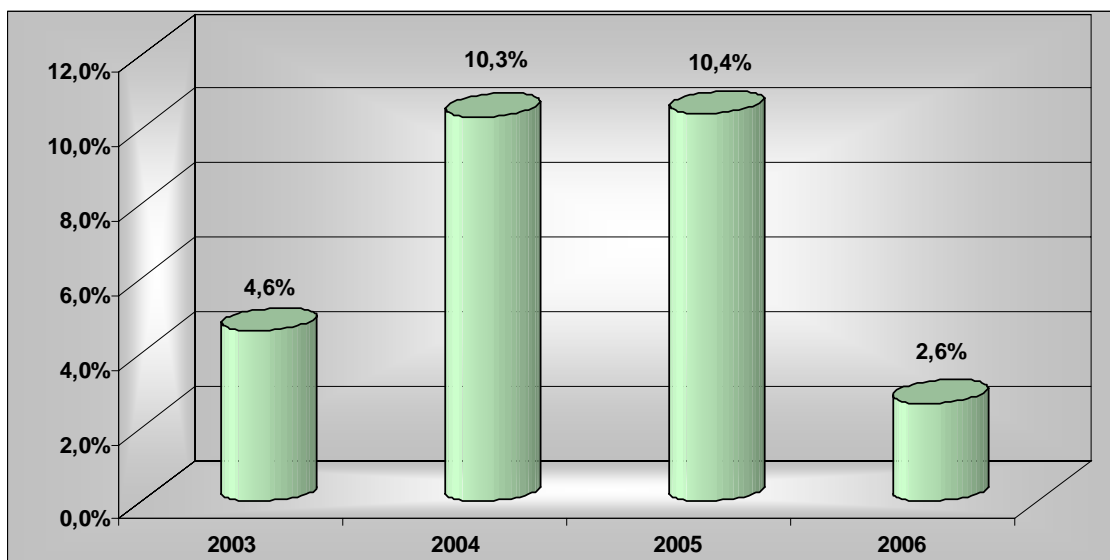


Figura 11: Crescimento real em percentual do Produto Interno Bruto do Amazonas de 2003 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

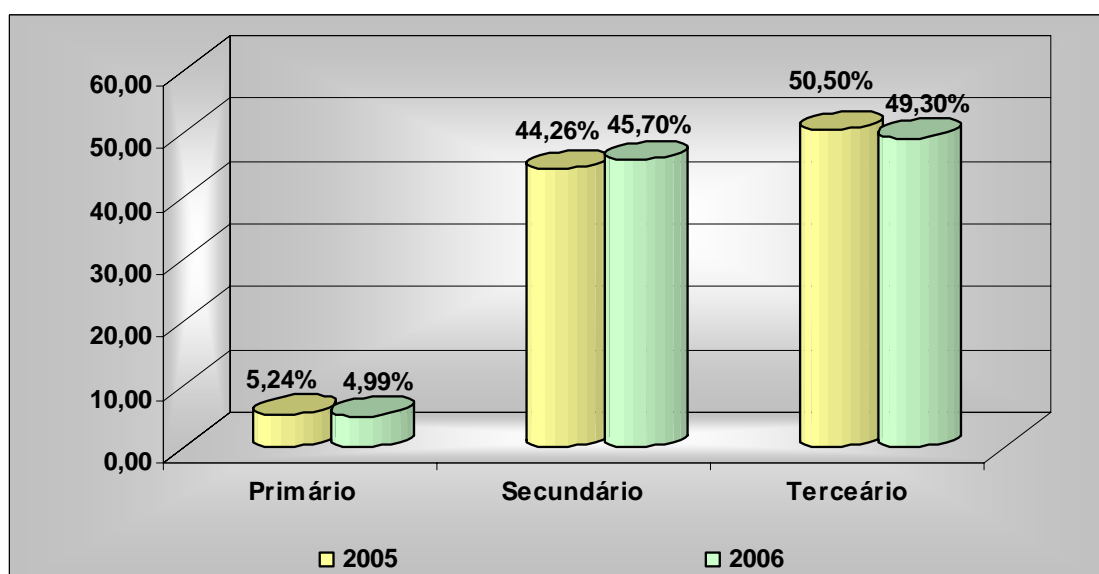


Figura 12: Participação percentual dos Setores Econômicos no Produto Interno Bruto do Amazonas de 2005 e 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

3.4.2 Participação Percentual das Atividades Econômicas do Setor Primário no Produto Interno Bruto do Amazonas.

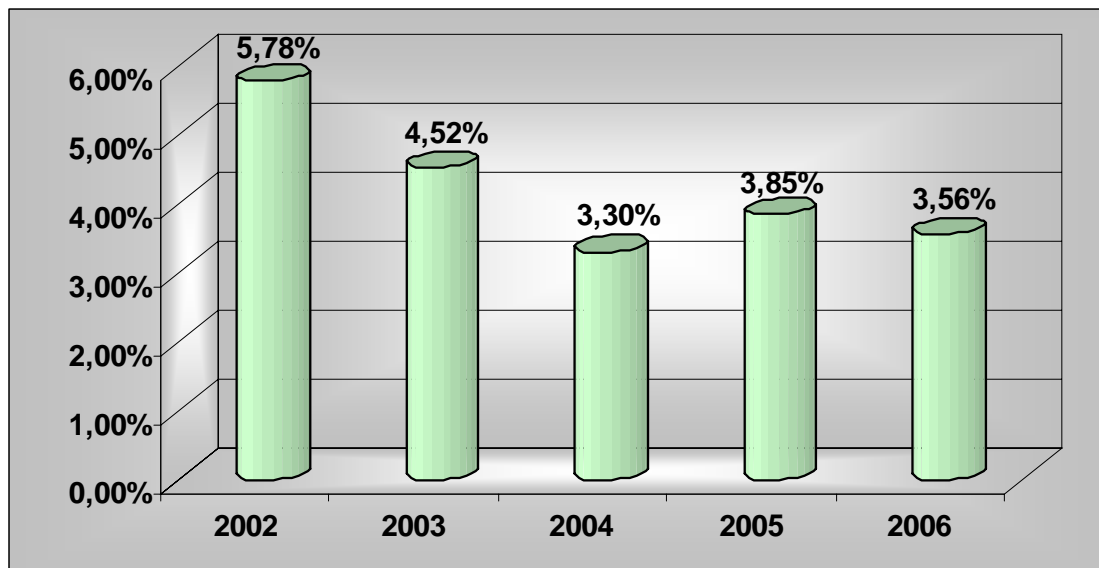


Figura 13: Participação Percentual da Atividade Econômica Agrícola, Silvicultura e Exploração Florestal no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

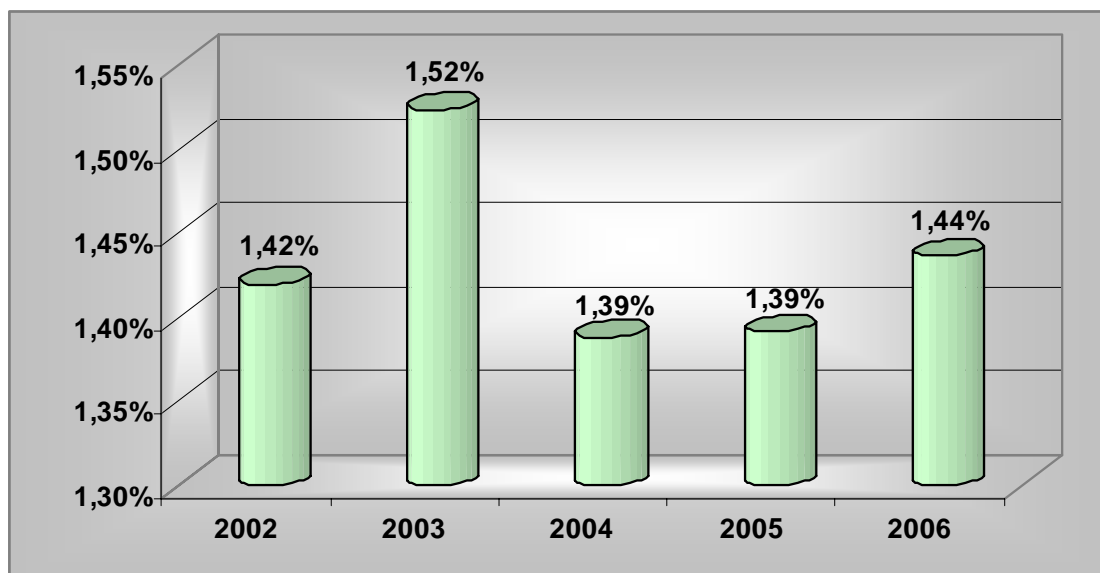


Figura 14: Participação Percentual da Atividade Econômica Pecuária e Pesca no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

3.4.3 Participação Percentual das Atividades Econômicas do Setor Secundário no Produto Interno Bruto do Amazonas.

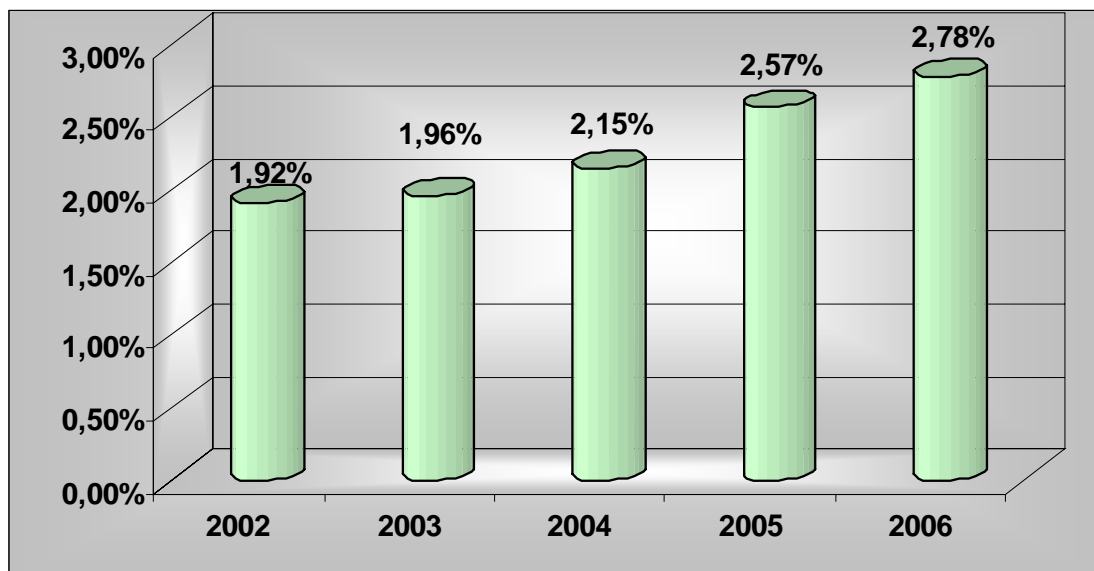


Figura 15: Participação Percentual da Atividade Econômica Indústria Extrativa Mineral no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

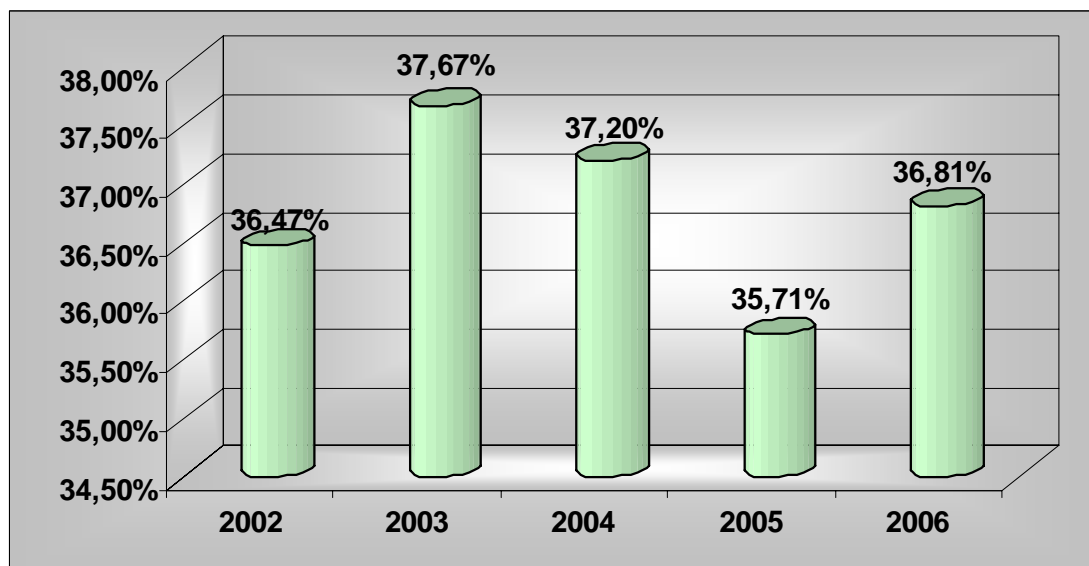


Figura 16: Participação Percentual da Atividade Econômica Indústria de Transformação no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

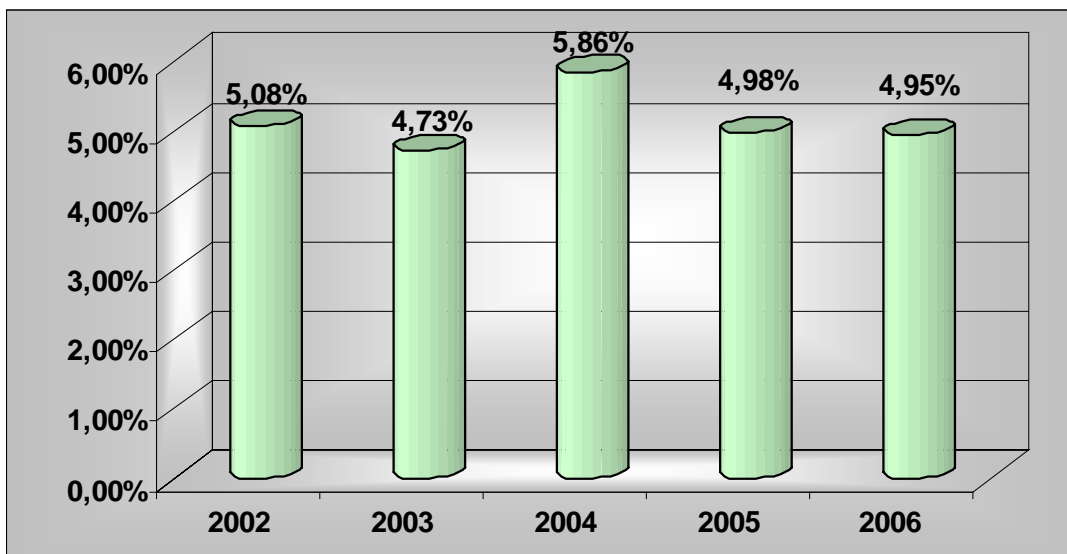


Figura 17: Participação Percentual da Atividade Econômica Construção Civil no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

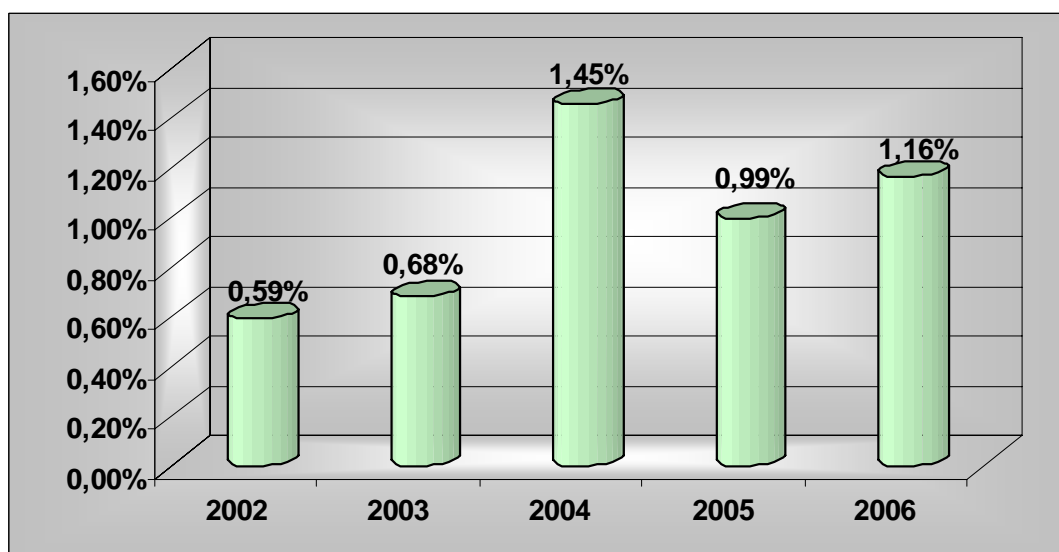


Figura 18: Participação Percentual da Atividade Econômica Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

3.4.4 Participação Percentual das Atividades Econômicas do Setor Terciário no Produto Interno Bruto do Amazonas.

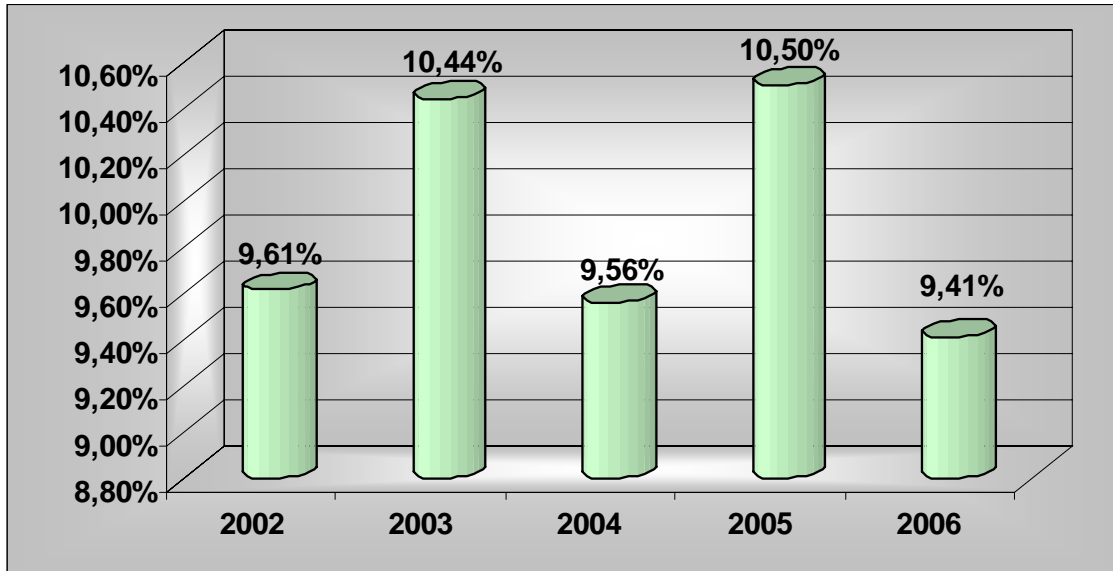


Figura 19: Participação Percentual da Atividade Econômica Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

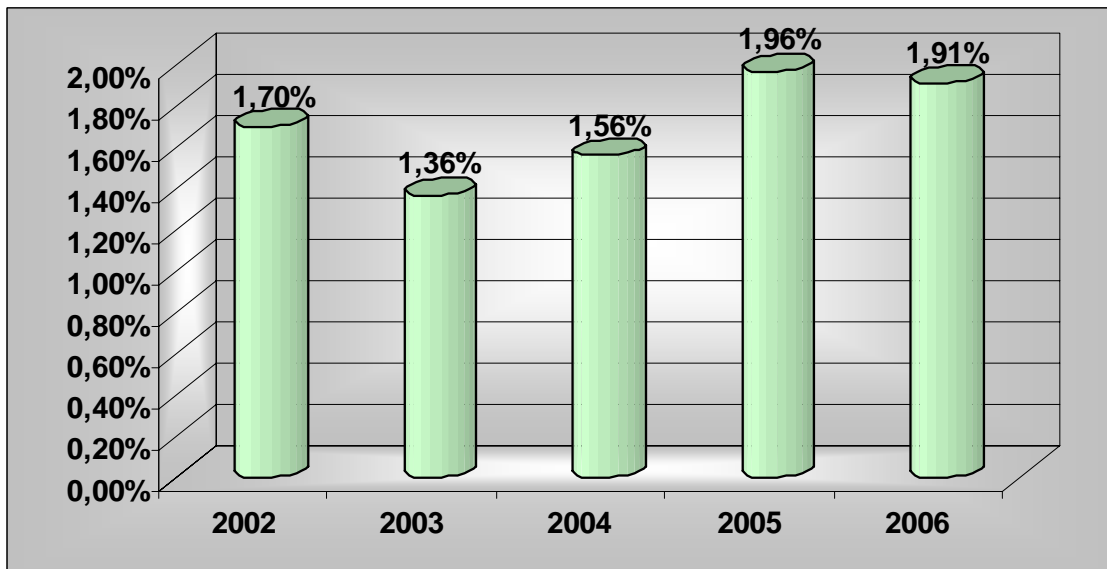


Figura 20: Participação Percentual da Atividade Econômica Alojamento e Alimentação no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

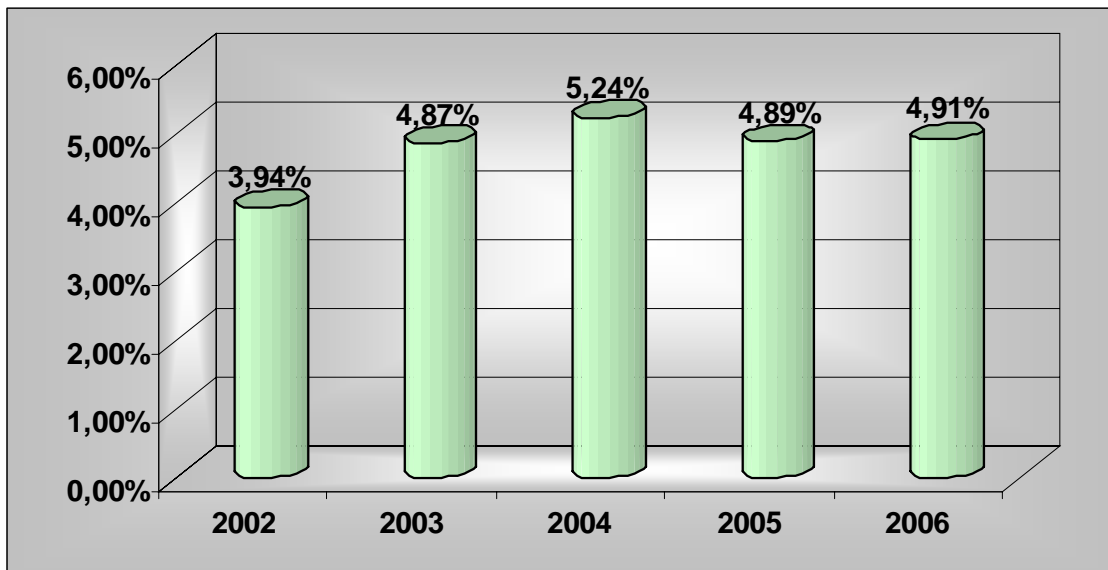


Figura 21: Participação Percentual da Atividade Econômica Transportes, Armazenagem e Correio no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

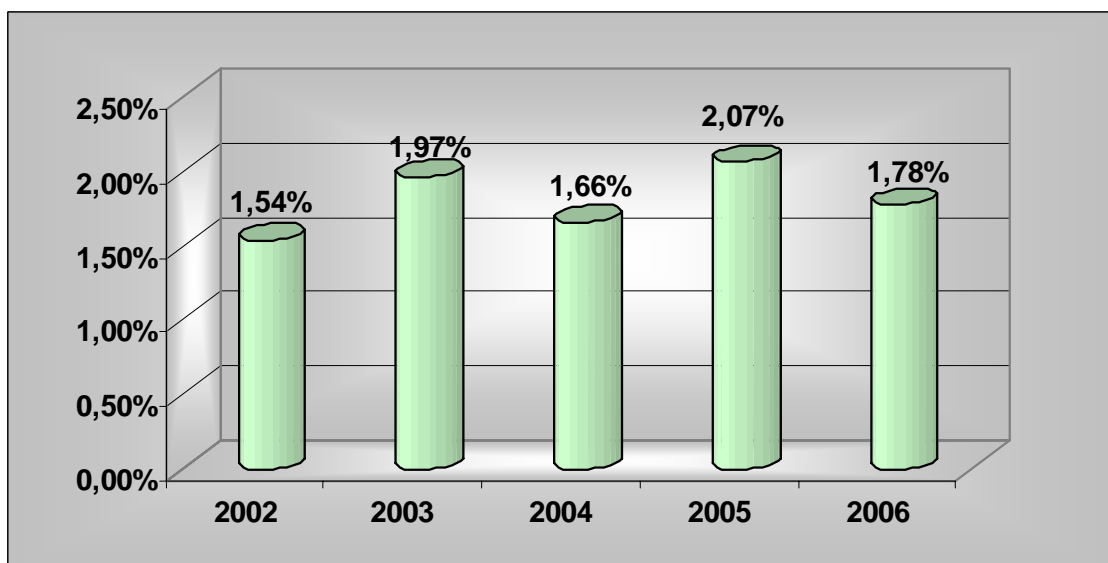


Figura 22: Participação Percentual da Atividade Econômica Serviços de Informação no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

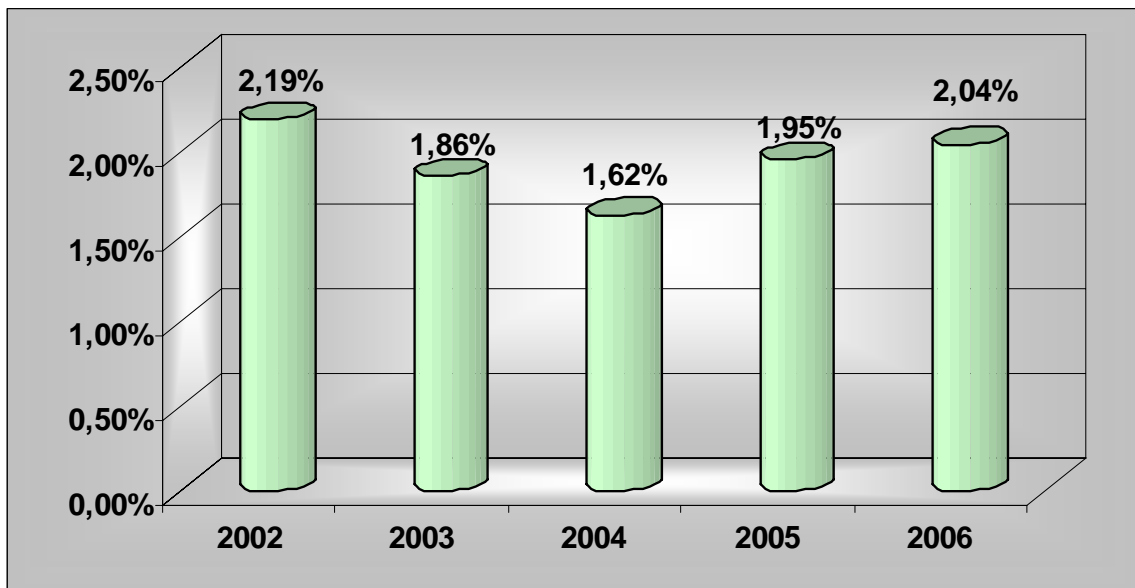


Figura 23: Participação Percentual da Atividade Econômica Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

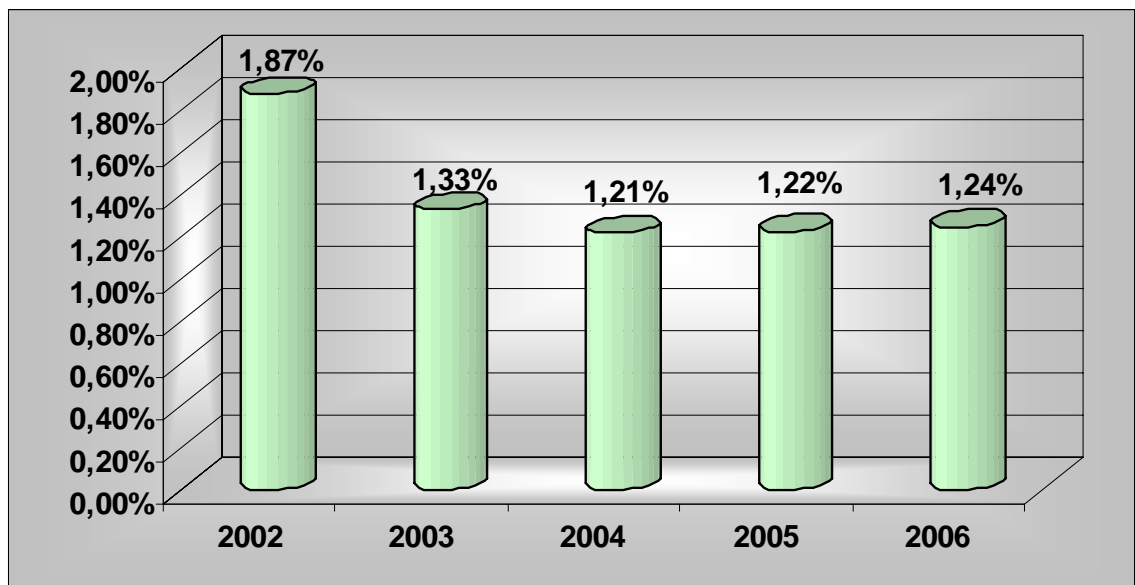


Figura 24: Participação Percentual da Atividade Econômica Serviços Prestados às Famílias e Associativos no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

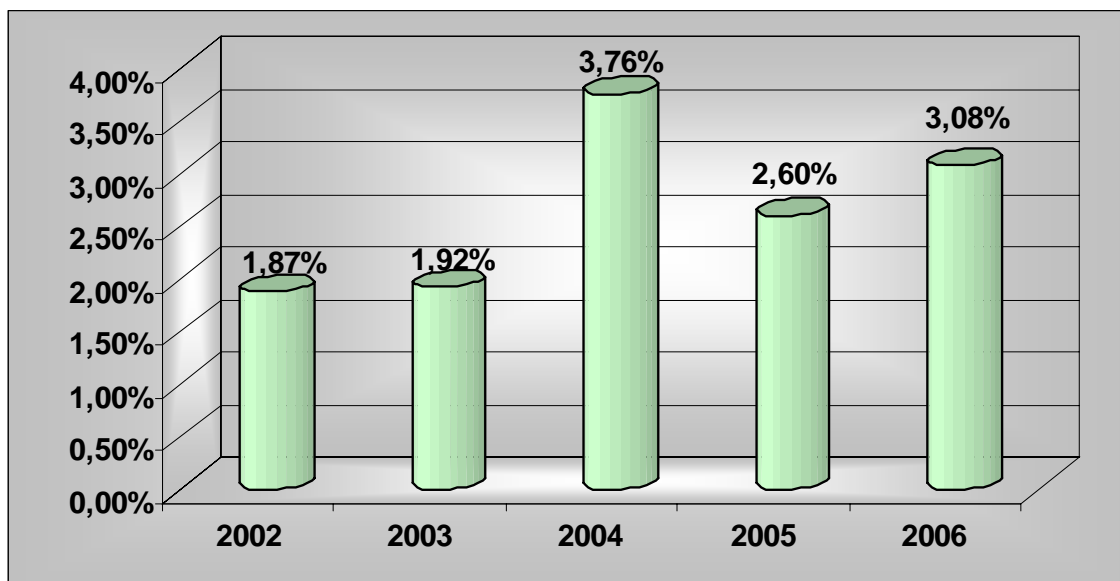


Figura 25: Participação Percentual da Atividade Econômica Serviços Prestados às Empresas no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

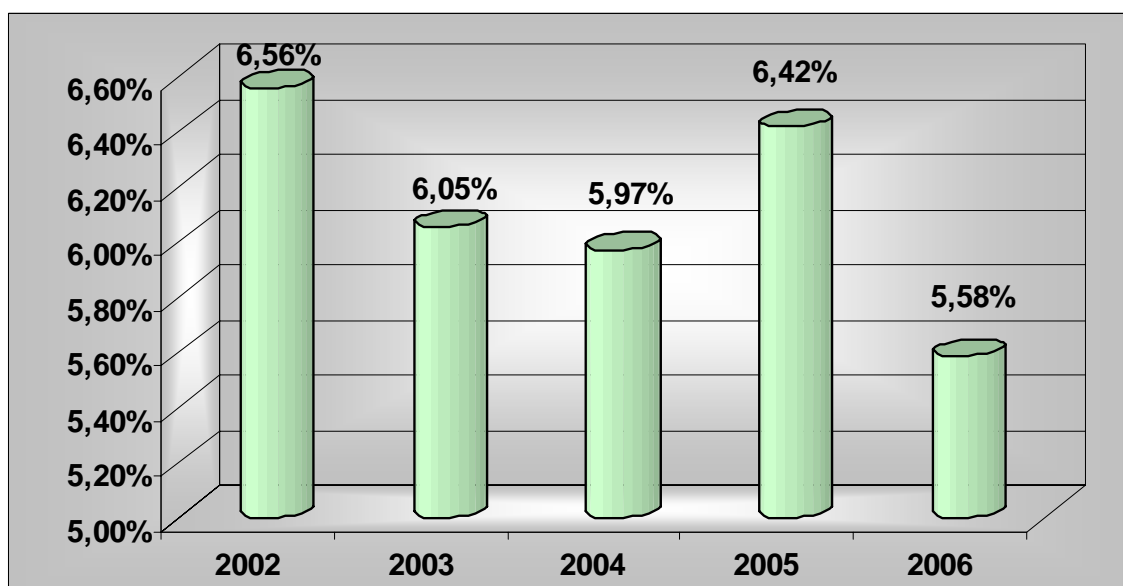


Figura 26: Participação Percentual da Atividade Econômica Imobiliárias e Aluguel no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

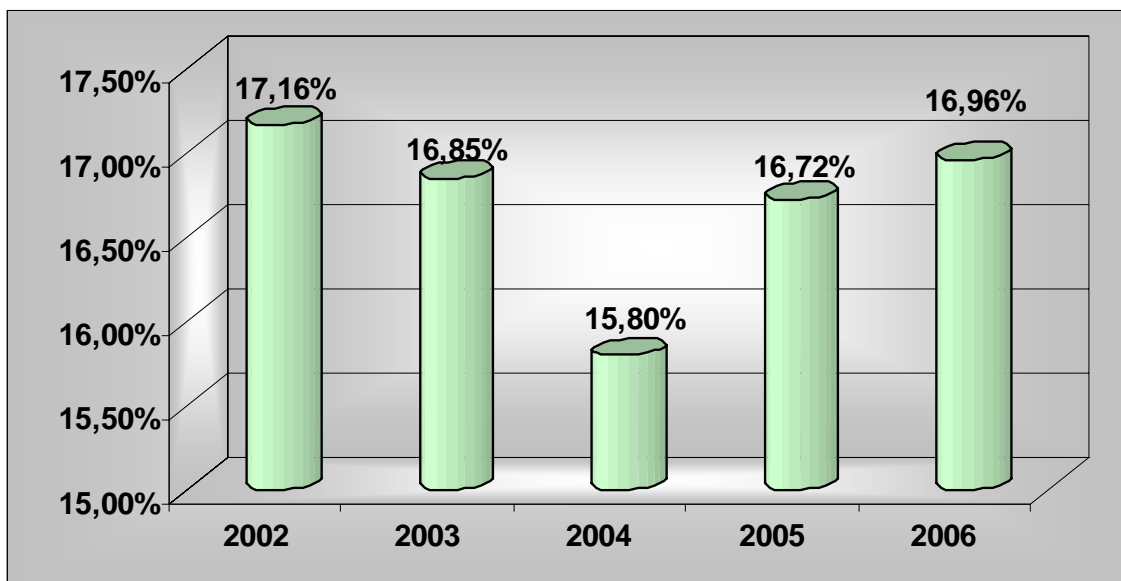


Figura 27: Participação Percentual da Atividade Econômica Administração, Saúde e Educação Públicas no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

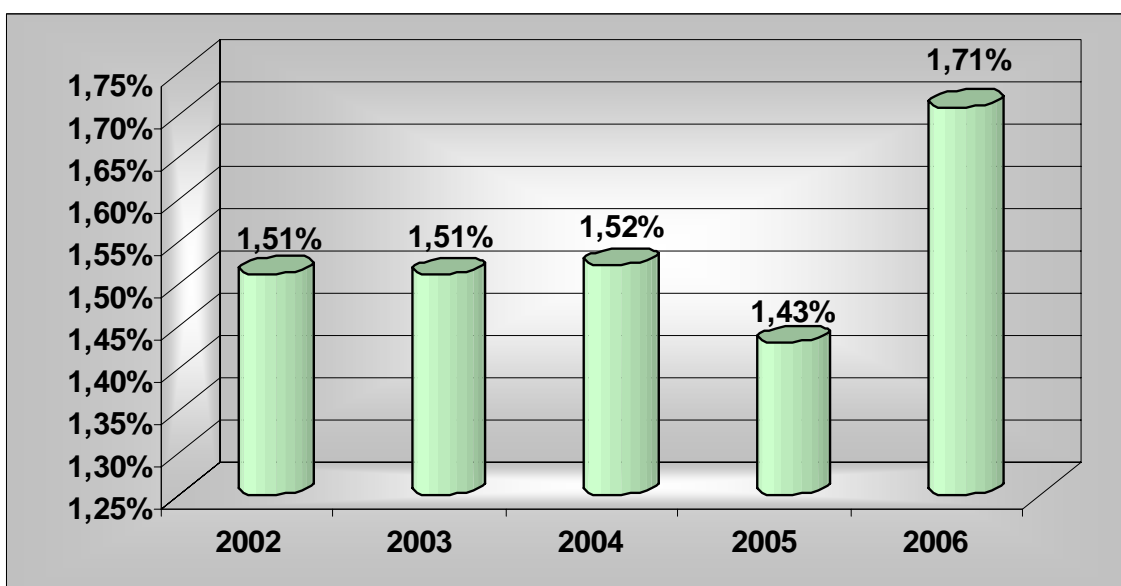


Figura 28: Participação Percentual da Atividade Econômica Saúde e Educação Mercantis no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

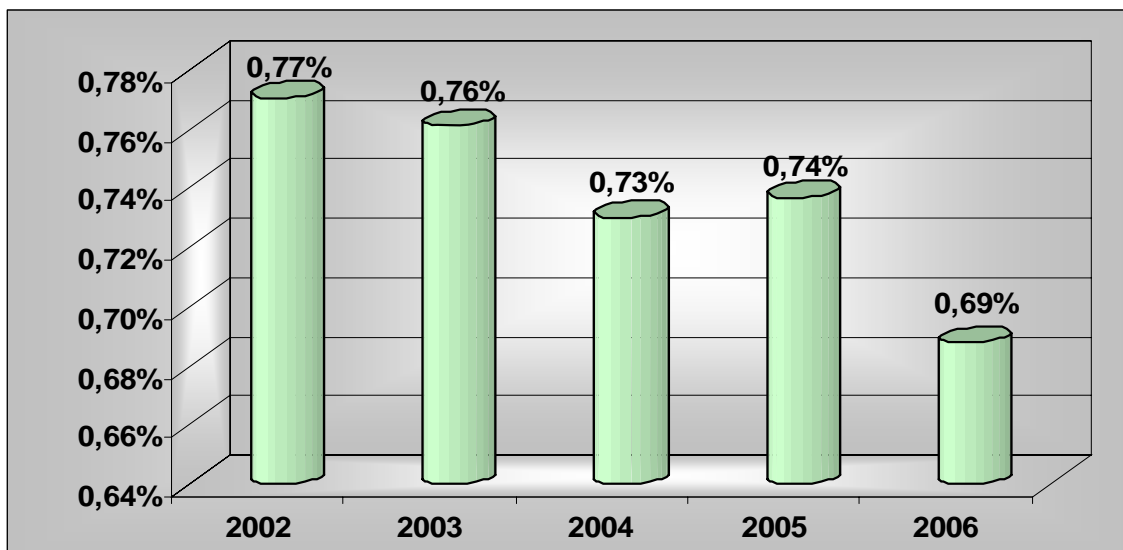


Figura 29: Participação Percentual da Atividade Econômica Serviços Domésticos no Valor Adicionado Bruto do Amazonas de 2002 a 2006.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

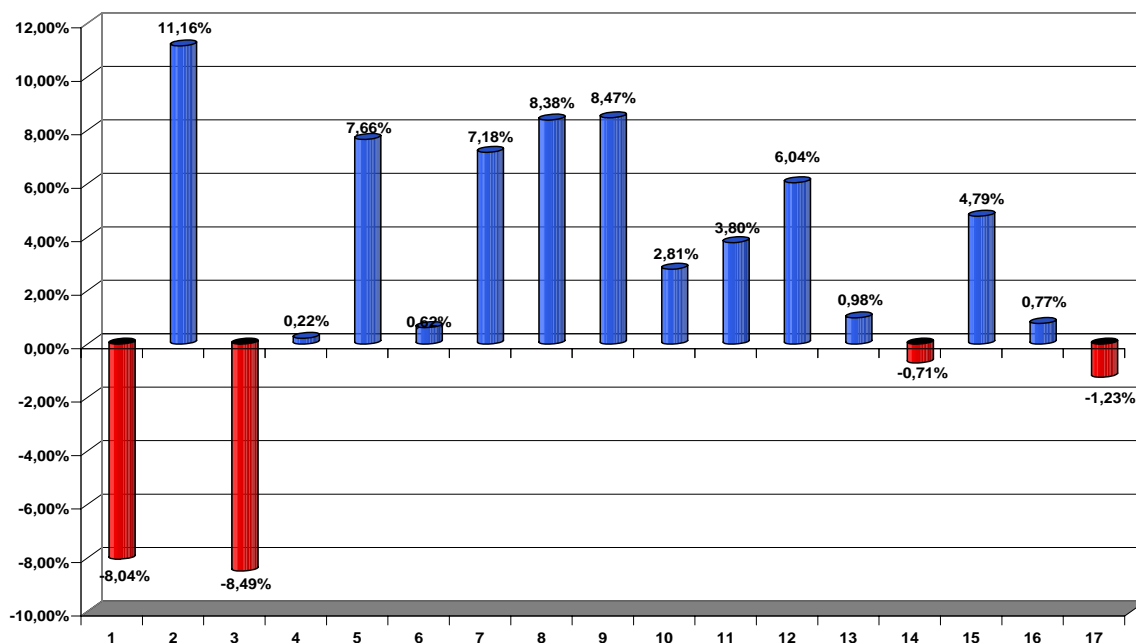


Figura 30: Variação Percentual das Atividades Econômicas no Produto Interno Bruto do Amazonas na comparação 2006/2005.

01 Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal; 02 Pecuária e Pesca; 03 Indústria Extrativa Mineral; 04 Indústria de Transformação; 05 Construção; 06 Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água; 07 Comércio e serviços de manutenção e reparação; 08 Alojamento e Alimentação; 09 Transportes e Armazenagem; 10 Serviços de Informação; 11 Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar; 12 Serviços Prestados principalmente às Famílias e Associativos; 13 Serviços Prestados Principalmente às Empresas; 14 Atividades Imobiliárias e Aluguel; 15 Administração, Saúde e Educação Públicas; 16 Saúde e Educação Mercantis; 17 Serviços Domésticos.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

3.4.5 Comparação do PIB do Amazonas e demais Unidades da Federação.

As tabelas de 01 a 12 apresentam a comparação entre o Estado do Amazonas e demais Unidades da Federação e a participação de cada atividade que compõem o PIB do Estado. Além de demonstrar a evolução do PIB amazonense.

TABELA 01: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO CORRENTE BRASIL E GRANDES REGIÕES DE 2002 A 2006.

| Valor (1 000.000 R\$) | | | | | |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | PIB 2002 | PIB 2003 | PIB 2004 | PIB 2005 | PIB 2006 |
| BRASIL | 1.477.822 | 1.699.948 | 1.941.498 | 2.147.239 | 2.369.797 |
| NORTE | 69.310 | 81.200 | 96.012 | 106.442 | 120.014 |
| NORDESTE | 191.592 | 217.037 | 247.043 | 280.545 | 311.175 |
| SUDESTE | 837.646 | 947.748 | 1.083.975 | 1.213.863 | 1.345.510 |
| SUL | 249.626 | 300.859 | 337.657 | 356.211 | 386.737 |
| CENTRO-OESTE | 129.241 | 153.104 | 176.811 | 190.178 | 206.361 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 02: PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA BRASIL E GRANDES REGIÕES DE 2002 A 2006.

| Valor (1,00 R\$) | | | | | |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | PIB 2002 | PIB 2003 | PIB 2004 | PIB 2005 | PIB 2006 |
| BRASIL | 8.378 | 9.498 | 10.692 | 11.658 | 12.688 |
| NORTE | 5.050 | 5.780 | 6.680 | 7.241 | 7.989 |
| NORDESTE | 3.891 | 4.355 | 4.899 | 5.499 | 6.029 |
| SUDESTE | 11.140 | 12.424 | 14.009 | 15.469 | 16.912 |
| SUL | 9.615 | 11.440 | 12.677 | 13.206 | 14.162 |
| CENTRO-OESTE | 10.565 | 12.228 | 13.846 | 14.606 | 15.551 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 03: VARIAÇÃO ACUMULADA DO VOLUME DO VALOR ADICIONADO BRUTO DO BRASIL E DAS GRANDES REGIÕES DE 2002 A

| PARTICIPAÇÃO (%) | | | | | |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | PIB 2002 | PIB 2003 | PIB 2004 | PIB 2005 | PIB 2006 |
| BRASIL | 100,00 | 101,24 | 106,91 | 110,08 | 114,14 |
| NORTE | 100,00 | 105,96 | 114,99 | 122,67 | 128,55 |
| NORDESTE | 100,00 | 101,89 | 108,53 | 113,48 | 118,90 |
| SUDESTE | 100,00 | 99,81 | 105,26 | 108,96 | 113,43 |
| SUL | 100,00 | 102,51 | 107,52 | 106,65 | 110,13 |
| CENTRO-OESTE | 100,00 | 103,47 | 109,95 | 115,10 | 118,36 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 04: PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES NO PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL DE 2002 A 2006.

| PARTICIPAÇÃO (%) | | | | | |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | PIB 2002 | PIB 2003 | PIB 2004 | PIB 2005 | PIB 2006 |
| BRASIL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| NORTE | 4,7 | 4,8 | 4,9 | 5,0 | 5,1 |
| NORDESTE | 13,0 | 12,8 | 12,7 | 13,1 | 13,1 |
| SUDESTE | 56,7 | 55,8 | 55,8 | 56,5 | 56,8 |
| SUL | 16,9 | 17,7 | 17,4 | 16,6 | 16,3 |
| CENTRO-OESTE | 8,7 | 9,0 | 9,1 | 8,9 | 8,7 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 06: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO CORRENTE POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E RANKING DE CLASSIFICAÇÃO DE 2002 A 2006.

| Valor (1 000 000 R\$) | | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | PIB 2002 | Ranking 2002 | PIB 2003 | Ranking 2003 | PIB 2004 | Ranking 2004 | PIB 2005 | Ranking 2005 | PIB 2006 | Ranking 2006 |
| SÃO PAULO | 511.736 | 1° | 579.847 | 1° | 643.487 | 1° | 726.984 | 1° | 802.552 | 1° |
| RIO DE JANEIRO | 171.372 | 2° | 188.015 | 2° | 222.945 | 2° | 247.018 | 2° | 275.363 | 2° |
| MINAS GERAIS | 127.782 | 3° | 148.823 | 3° | 177.325 | 3° | 192.639 | 3° | 214.814 | 3° |
| RIO GRANDE DO SUL | 105.487 | 4° | 124.551 | 4° | 137.831 | 4° | 144.218 | 4° | 156.883 | 4° |
| PARANÁ | 88.407 | 5° | 109.459 | 5° | 122.434 | 5° | 126.677 | 5° | 136.681 | 5° |
| BAHIA | 60.672 | 6° | 68.147 | 6° | 79.083 | 6° | 90.919 | 6° | 96.559 | 6° |
| SANTA CATARINA | 55.732 | 8° | 66.849 | 7° | 77.393 | 7° | 85.316 | 7° | 93.173 | 7° |
| DISTRITO FEDERAL | 56.138 | 7° | 63.105 | 8° | 70.724 | 8° | 80.527 | 8° | 89.630 | 8° |
| GOIÁS | 37.416 | 9° | 42.836 | 9° | 48.021 | 9° | 50.534 | 9° | 57.091 | 9° |
| PERNAMBUCO | 35.251 | 10° | 39.308 | 10° | 44.011 | 10° | 49.922 | 10° | 55.505 | 10° |
| ESPÍRITO SANTO | 26.756 | 12° | 31.064 | 12° | 40.217 | 11° | 47.223 | 11° | 52.782 | 11° |
| CEARÁ | 28.896 | 11° | 32.565 | 11° | 36.866 | 13° | 40.935 | 12° | 46.310 | 12° |
| PARÁ | 25.659 | 13° | 29.755 | 13° | 35.563 | 14° | 39.121 | 13° | 44.376 | 13° |
| AMAZONAS | 21.791 | 14° | 24.977 | 15° | 30.314 | 15° | 33.352 | 15° | 39.166 | 14° |
| MATO GROSSO | 20.941 | 15° | 27.889 | 14° | 36.961 | 12° | 37.466 | 14° | 35.284 | 15° |
| MARANHÃO | 15.449 | 16° | 18.483 | 17° | 21.605 | 16° | 25.335 | 16° | 28.621 | 16° |
| MATO GROSSO DO SUL | 15.154 | 17° | 19.274 | 16° | 21.105 | 17° | 21.651 | 17° | 24.355 | 17° |
| RIO GRANDE DO NORTE | 12.198 | 19° | 13.515 | 19° | 15.580 | 18° | 17.870 | 18° | 20.557 | 18° |
| PARÁÍBA | 12.434 | 18° | 14.158 | 18° | 15.022 | 19° | 16.869 | 19° | 19.953 | 19° |
| ALAGOAS | 9.812 | 20° | 11.210 | 20° | 12.891 | 20° | 14.139 | 20° | 15.753 | 20° |
| SERGIPE | 9.454 | 21° | 10.874 | 21° | 12.167 | 21° | 13.427 | 21° | 15.126 | 21° |
| RONDÔNIA | 7.780 | 22° | 9.751 | 22° | 11.260 | 22° | 12.884 | 22° | 13.110 | 22° |
| PIAUÍ | 7.425 | 23° | 8.777 | 23° | 9.817 | 23° | 11.129 | 23° | 12.790 | 23° |
| TOCANTINS | 5.607 | 24° | 7.241 | 24° | 8.278 | 24° | 9.061 | 24° | 9.607 | 24° |
| AMAPÁ | 3.292 | 25° | 3.434 | 25° | 3.846 | 26° | 4.361 | 26° | 5.260 | 25° |
| ACRE | 2.868 | 26° | 3.305 | 26° | 3.940 | 25° | 4.483 | 25° | 4.835 | 26° |
| RORAIMA | 2.313 | 27° | 2.737 | 27° | 2.811 | 27° | 3.179 | 27° | 3.660 | 27° |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 07: PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E RANKING DE CLASSIFICAÇÃO DE 2002 A 2006.

| Valor (1,00 R\$) | | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | PIB PER CAPITA 2002 | Ranking 2002 | PIB PER CAPITA 2003 | Ranking 2003 | PIB PER CAPITA 2004 | Ranking 2004 | PIB PER CAPITA 2005 | Ranking 2005 | PIB PER CAPITA 2006 | Ranking 2006 |
| DISTRITO FEDERAL | 25.747 | 1° | 28.282 | 1° | 30.991 | 1° | 34.515 | 1° | 37.600 | 1° |
| SÃO PAULO | 13.259 | 2° | 14.788 | 2° | 16.158 | 2° | 17.976 | 2° | 19.548 | 2° |
| RIO DE JANEIRO | 11.543 | 3° | 12.514 | 3° | 14.664 | 3° | 16.057 | 3° | 17.695 | 3° |
| SANTA CATARINA | 9.969 | 5° | 11.764 | 4° | 13.403 | 5° | 14.543 | 4° | 15.638 | 4° |
| ESPÍRITO SANTO | 8.258 | 7° | 9.425 | 8° | 11.998 | 8° | 13.855 | 5° | 15.236 | 5° |
| RIO GRANDE DO SUL | 10.057 | 4° | 11.742 | 5° | 12.850 | 6° | 13.298 | 7° | 14.310 | 6° |
| PARANÁ | 8.945 | 6° | 10.935 | 6° | 12.080 | 7° | 12.344 | 8° | 13.158 | 7° |
| MATO GROSSO | 7.928 | 8° | 10.347 | 7° | 13.445 | 4° | 13.365 | 6° | 12.350 | 8° |
| AMAZONAS | 7.253 | 9° | 8.100 | 10° | 9.658 | 9° | 10.318 | 9° | 11.829 | 9° |
| MINAS GERAIS | 6.904 | 12° | 7.937 | 12° | 9.336 | 11° | 10.014 | 10° | 11.028 | 10° |
| MATO GROSSO DO SUL | 7.004 | 11° | 8.772 | 9° | 9.461 | 10° | 9.561 | 11° | 10.599 | 11° |
| GOIÁS | 7.078 | 10° | 7.937 | 11° | 8.718 | 12° | 8.992 | 12° | 9.962 | 12° |
| RORAIMA | 6.513 | 13° | 7.455 | 13° | 7.361 | 13° | 8.125 | 14° | 9.075 | 13° |
| AMAPÁ | 6.200 | 14° | 6.220 | 15° | 7.026 | 15° | 7.335 | 15° | 8.543 | 14° |
| RONDÔNIA | 5.363 | 15° | 6.594 | 14° | 7.209 | 14° | 8.396 | 13° | 8.391 | 15° |
| SERGIPE | 5.060 | 16° | 5.718 | 17° | 6.289 | 17° | 6.824 | 17° | 7.560 | 16° |
| TOCANTINS | 4.576 | 18° | 5.784 | 16° | 6.556 | 16° | 6.939 | 16° | 7.210 | 17° |
| ACRE | 4.707 | 17° | 5.278 | 18° | 6.251 | 18° | 6.694 | 18° | 7.041 | 18° |
| BAHIA | 4.525 | 19° | 5.031 | 19° | 5.780 | 19° | 6.581 | 19° | 6.922 | 19° |
| RIO GRANDE DO NORTE | 4.234 | 21° | 4.626 | 21° | 5.260 | 21° | 5.950 | 20° | 6.754 | 20° |
| PERNAMBUCO | 4.328 | 20° | 4.774 | 20° | 5.287 | 20° | 5.933 | 21° | 6.528 | 21° |
| PARÁ | 3.918 | 22° | 4.448 | 22° | 5.192 | 22° | 5.612 | 22° | 6.241 | 22° |
| CEARÁ | 3.735 | 23° | 4.145 | 23° | 4.622 | 23° | 5.055 | 23° | 5.636 | 23° |
| PARAÍBA | 3.539 | 24° | 3.998 | 24° | 4.210 | 25° | 4.691 | 24° | 5.507 | 24° |
| ALAGOAS | 3.371 | 25° | 3.805 | 25° | 4.324 | 24° | 4.688 | 25° | 5.164 | 25° |
| MARANHÃO | 2.637 | 26° | 3.112 | 26° | 3.588 | 26° | 4.151 | 26° | 4.628 | 26° |
| PIAUI | 2.544 | 27° | 2.978 | 27° | 3.297 | 27° | 3.701 | 27° | 4.213 | 27° |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 08: PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL E RANKING DE CLASSIFICAÇÃO DE 2002 A 2006.

| Valor (%) | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | PIB PARTICIPAÇÃO 2002 | Ranking 2002 | PIB PARTICIPAÇÃO 2003 | Ranking 2003 | PIB PARTICIPAÇÃO 2004 | Ranking 2004 | PIB PARTICIPAÇÃO 2005 | Ranking 2005 | PIB PARTICIPAÇÃO 2006 | Ranking 2006 |
| SÃO PAULO | 34,55 | 1° | 34,11 | 1° | 33,14 | 1° | 33,86 | 1° | 33,87 | 1° |
| RIO DE JANEIRO | 11,68 | 2° | 11,06 | 2° | 11,48 | 2° | 11,50 | 2° | 11,62 | 2° |
| MINAS GERAIS | 8,66 | 3° | 8,75 | 3° | 9,13 | 3° | 8,97 | 3° | 9,06 | 3° |
| RIO GRANDE DO SUL | 7,12 | 4° | 7,33 | 4° | 7,10 | 4° | 6,72 | 4° | 6,62 | 4° |
| PARANÁ | 5,98 | 5° | 6,44 | 5° | 6,31 | 5° | 5,90 | 5° | 5,77 | 5° |
| BAHIA | 4,12 | 6° | 4,01 | 6° | 4,07 | 6° | 4,23 | 6° | 4,07 | 6° |
| SANTA CATARINA | 3,77 | 7° | 3,93 | 7° | 3,99 | 7° | 3,97 | 7° | 3,93 | 7° |
| DISTRITO FEDERAL | 3,75 | 8° | 3,71 | 8° | 3,64 | 8° | 3,75 | 8° | 3,78 | 8° |
| GOIÁS | 2,54 | 9° | 2,52 | 9° | 2,47 | 9° | 2,35 | 9° | 2,41 | 9° |
| PERNAMBUCO | 2,40 | 10° | 2,31 | 10° | 2,27 | 10° | 2,32 | 10° | 2,34 | 10° |
| ESPÍRITO SANTO | 1,81 | 12° | 1,83 | 12° | 2,07 | 11° | 2,20 | 11° | 2,23 | 11° |
| CEARÁ | 1,95 | 11° | 1,92 | 11° | 1,90 | 13° | 1,91 | 12° | 1,95 | 12° |
| PARÁ | 1,74 | 13° | 1,75 | 13° | 1,83 | 14° | 1,82 | 13° | 1,87 | 13° |
| AMAZONAS | 1,48 | 14° | 1,47 | 15° | 1,56 | 15° | 1,55 | 15° | 1,65 | 14° |
| MATO GROSSO | 1,42 | 15° | 1,64 | 14° | 1,90 | 12° | 1,74 | 14° | 1,49 | 15° |
| MARANHÃO | 1,05 | 16° | 1,09 | 17° | 1,11 | 16° | 1,18 | 16° | 1,21 | 16° |
| MATO GROSSO DO SUL | 1,03 | 17° | 1,13 | 16° | 1,09 | 17° | 1,01 | 17° | 1,03 | 17° |
| RIO GRANDE DO NORTE | 0,83 | 19° | 0,80 | 19° | 0,80 | 18° | 0,83 | 18° | 0,87 | 18° |
| PARAÍBA | 0,84 | 18° | 0,83 | 18° | 0,77 | 19° | 0,79 | 19° | 0,84 | 19° |
| ALAGOAS | 0,67 | 20° | 0,66 | 20° | 0,66 | 20° | 0,66 | 20° | 0,66 | 20° |
| SERGIPE | 0,64 | 21° | 0,64 | 21° | 0,63 | 21° | 0,63 | 21° | 0,64 | 21° |
| RONDÔNIA | 0,52 | 22° | 0,57 | 22° | 0,58 | 22° | 0,60 | 22° | 0,55 | 22° |
| PIAUI | 0,51 | 23° | 0,52 | 23° | 0,51 | 23° | 0,52 | 23° | 0,54 | 23° |
| TOCANTINS | 0,38 | 24° | 0,43 | 24° | 0,43 | 24° | 0,42 | 24° | 0,41 | 24° |
| AMAPÁ | 0,22 | 25° | 0,20 | 25° | 0,20 | 26° | 0,20 | 26° | 0,22 | 25° |
| ACRE | 0,19 | 26° | 0,19 | 26° | 0,20 | 25° | 0,21 | 25° | 0,20 | 26° |
| RORAIMA | 0,16 | 27° | 0,16 | 27° | 0,14 | 27° | 0,15 | 27° | 0,15 | 27° |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 09: VARIACÃO ACUMULADA DO VOLUME DO PRODUTO INTERNO BRUTO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE 2002 A 2006. (2002=100)

| PARTICIPACÃO (%) | | | | | | | | | | |
|-----------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|
| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | PIB ?% de Volume 2002 | Ranking 2002 | PIB ?% de Volume 2003 | Ranking 2003 | PIB ?% de Volume 2004 | Ranking 2004 | PIB ?% de Volume 2005 | Ranking 2005 | PIB ?% de Volume 2006 | Ranking 2006 |
| TOCANTINS | 100,00 | 27° | 110,50 | 1° | 119,54 | 2° | 128,35 | 1° | 132,37 | 1° |
| AMAPÁ | 100,00 | 3° | 107,93 | 2° | 116,53 | 3° | 123,85 | 4° | 131,03 | 2° |
| AMAZONAS | 100,00 | 4° | 104,59 | 8° | 115,39 | 5° | 127,41 | 2° | 130,77 | 3° |
| MARANHÃO | 100,00 | 10° | 104,40 | 10° | 113,75 | 7° | 122,10 | 5° | 128,18 | 4° |
| PARÁ | 100,00 | 14° | 106,43 | 4° | 114,13 | 6° | 118,91 | 8° | 127,35 | 5° |
| ACRE | 100,00 | 1° | 103,89 | 13° | 111,76 | 10° | 119,99 | 7° | 126,48 | 6° |
| RONDÔNIA | 100,00 | 22° | 105,63 | 5° | 115,63 | 4° | 120,80 | 6° | 125,11 | 7° |
| PIAÚÍ | 100,00 | 18° | 105,39 | 6° | 112,03 | 8° | 117,10 | 10° | 124,19 | 8° |
| MATO GROSSO | 100,00 | 11° | 104,23 | 12° | 120,98 | 1° | 127,30 | 3° | 121,50 | 9° |
| RORAIMA | 100,00 | 23° | 103,37 | 14° | 109,07 | 14° | 113,91 | 13° | 121,09 | 10° |
| BAHIA | 100,00 | 5° | 102,15 | 16° | 111,99 | 9° | 117,41 | 9° | 120,57 | 11° |
| SERGIPE | 100,00 | 26° | 102,67 | 15° | 109,47 | 13° | 115,70 | 11° | 120,43 | 12° |
| ESPÍRITO SANTO | 100,00 | 8° | 101,43 | 21° | 107,12 | 18° | 111,64 | 16° | 120,24 | 13° |
| PARAÍBA | 100,00 | 15° | 105,29 | 7° | 108,21 | 16° | 112,52 | 14° | 120,06 | 14° |
| CEARÁ | 100,00 | 6° | 101,47 | 19° | 106,70 | 19° | 109,70 | 21° | 118,52 | 15° |
| DISTRITO FEDERAL | 100,00 | 7° | 101,54 | 18° | 106,56 | 20° | 112,07 | 15° | 118,17 | 16° |
| GOIÁS | 100,00 | 9° | 104,24 | 11° | 109,68 | 12° | 114,27 | 12° | 117,83 | 17° |
| MINAS GERAIS | 100,00 | 13° | 101,39 | 22° | 107,34 | 17° | 111,59 | 17° | 115,96 | 18° |
| MATO GROSSO DO SUL | 100,00 | 12° | 107,62 | 3° | 106,24 | 21° | 109,74 | 19° | 115,43 | 19° |
| RIO GRANDE DO NORTE | 100,00 | 20° | 101,45 | 20° | 104,96 | 24° | 109,15 | 23° | 114,43 | 20° |
| SÃO PAULO | 100,00 | 25° | 99,64 | 24° | 105,70 | 22° | 109,44 | 22° | 113,77 | 21° |
| ALAGOAS | 100,00 | 2° | 99,44 | 25° | 103,93 | 25° | 108,88 | 24° | 113,65 | 22° |
| PERNAMBUCO | 100,00 | 17° | 99,37 | 26° | 103,44 | 26° | 107,79 | 25° | 113,29 | 23° |
| SANTA CATARINA | 100,00 | 24° | 101,05 | 23° | 108,66 | 15° | 110,36 | 18° | 113,22 | 24° |
| PARANÁ | 100,00 | 16° | 104,47 | 9° | 109,71 | 11° | 109,70 | 20° | 111,94 | 25° |
| RIO DE JANEIRO | 100,00 | 19° | 98,89 | 27° | 102,07 | 27° | 105,08 | 26° | 109,27 | 26° |
| RIO GRANDE DO SUL | 100,00 | 21° | 101,65 | 17° | 105,04 | 23° | 102,06 | 27° | 106,87 | 27° |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 10: PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO AMAZONAS NO VALOR ADICIONADO BRUTO DO BRASIL DE 2002 A 2006.

| ATIVIDADES ECONÔMICAS | PARTICIPAÇÃO (%) | | | | |
|--|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | PIB 2002 | PIB 2003 | PIB 2004 | PIB 2005 | PIB 2006 |
| Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal | 1,78 | 1,22 | 1,00 | 1,53 | 1,54 |
| Pecuária e Pesca | 1,03 | 1,02 | 1,05 | 1,11 | 1,35 |
| Indústria Extrativa Mineral | 1,71 | 1,63 | 1,67 | 1,58 | 1,56 |
| Indústria de Transformação | 3,10 | 2,98 | 2,89 | 2,98 | 3,43 |
| Construção | 1,38 | 1,44 | 1,72 | 1,54 | 1,70 |
| Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água | 0,26 | 0,28 | 0,56 | 0,39 | 0,50 |
| Comércio e serviços de manutenção e reparação | 1,22 | 1,27 | 1,19 | 1,31 | 1,22 |
| Alojamento e Alimentação | 1,34 | 1,25 | 1,46 | 1,82 | 1,72 |
| Transportes e Armazenagem | 1,18 | 1,49 | 1,67 | 1,49 | 1,64 |
| Serviços de Informação | 0,62 | 0,77 | 0,65 | 0,79 | 0,76 |
| Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar | 0,42 | 0,37 | 0,42 | 0,42 | 0,46 |
| Serviços Prestados principalmente às Famílias e Associativos | 1,06 | 0,79 | 0,79 | 0,76 | 0,83 |
| Serviços Prestados Principalmente às Empresas | 0,61 | 0,62 | 1,25 | 0,86 | 1,04 |
| Atividades Imobiliárias e Aluguel | 0,92 | 0,90 | 0,98 | 1,08 | 1,05 |
| Administração, Saúde e Educação Públicas | 1,58 | 1,59 | 1,61 | 1,68 | 1,80 |
| Saúde e Educação Mercantis | 0,62 | 0,65 | 0,70 | 0,73 | 0,87 |
| Serviços Domésticos | 0,92 | 0,91 | 0,90 | 0,91 | 0,88 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 11: PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALOR ADICIONADO BRUTO DO AMAZONAS DE 2002 A 2006.

| ATIVIDADES ECONÔMICAS | PARTICIPAÇÃO (%) | | | | |
|--|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | PIB 2002 | PIB 2003 | PIB 2004 | PIB 2005 | PIB 2006 |
| Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal | 5,78% | 4,52% | 3,30% | 3,85% | 3,56% |
| Pecuária e Pesca | 1,42% | 1,52% | 1,39% | 1,39% | 1,44% |
| Indústria Extrativa Mineral | 1,92% | 1,96% | 2,15% | 2,57% | 2,78% |
| Indústria de Transformação | 36,47% | 37,67% | 37,20% | 35,71% | 36,81% |
| Construção | 5,08% | 4,73% | 5,86% | 4,98% | 4,95% |
| Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água | 0,59% | 0,68% | 1,45% | 0,99% | 1,16% |
| Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação | 9,61% | 10,44% | 9,56% | 10,50% | 9,41% |
| Alojamento e Alimentação | 1,70% | 1,36% | 1,56% | 1,96% | 1,91% |
| Transportes e Armazenagem | 3,94% | 4,87% | 5,24% | 4,89% | 4,91% |
| Serviços de Informação | 1,54% | 1,97% | 1,66% | 2,07% | 1,78% |
| Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar | 2,19% | 1,86% | 1,62% | 1,95% | 2,04% |
| Serviços Prestados principalmente às Famílias e Associativos | 1,87% | 1,33% | 1,21% | 1,22% | 1,24% |
| Serviços Prestados Principalmente às Empresas | 1,87% | 1,92% | 3,76% | 2,60% | 3,08% |
| Atividades Imobiliárias e Aluguel | 6,56% | 6,05% | 5,97% | 6,42% | 5,58% |
| Administração, Saúde e Educação Públicas | 17,16% | 16,85% | 15,80% | 16,72% | 16,96% |
| Saúde e Educação Mercantis | 1,51% | 1,51% | 1,52% | 1,43% | 1,71% |
| Serviços Domésticos | 0,77% | 0,76% | 0,73% | 0,74% | 0,69% |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

TABELA 12: VARIAÇÃO ACUMULADA DO VOLUME DO VALOR ADICIONADO BRUTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO AMAZONAS DE 2002 A 2006. (2002=100)

| ATIVIDADES ECONÔMICAS | PARTICIPAÇÃO (%) | | | | |
|--|------------------|----------|----------|----------|----------|
| | PIB 2002 | PIB 2003 | PIB 2004 | PIB 2005 | PIB 2006 |
| Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal | 100,00 | 90,34 | 84,84 | 92,22 | 84,80 |
| Pecuária e Pesca | 100,00 | 101,88 | 104,53 | 105,36 | 117,11 |
| Indústria Extrativa Mineral | 100,00 | 99,79 | 113,14 | 113,95 | 104,28 |
| Indústria de Transformação | 100,00 | 107,11 | 122,79 | 136,28 | 136,57 |
| Construção | 100,00 | 108,40 | 121,86 | 128,79 | 138,65 |
| Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água | 100,00 | 116,84 | 184,33 | 184,29 | 185,43 |
| Comércio e serviços de manutenção e reparação | 100,00 | 100,99 | 111,09 | 128,52 | 137,75 |
| Alojamento e Alimentação | 100,00 | 102,58 | 107,59 | 120,22 | 130,30 |
| Transportes e Armazenagem | 100,00 | 95,86 | 109,09 | 123,96 | 134,46 |
| Serviços de Informação | 100,00 | 115,00 | 110,43 | 128,57 | 132,18 |
| Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar | 100,00 | 100,83 | 111,15 | 127,94 | 132,80 |
| Serviços Prestados principalmente às Famílias e Associativos | 100,00 | 94,69 | 99,06 | 106,33 | 112,75 |
| Serviços Prestados Principalmente às Empresas | 100,00 | 105,92 | 119,85 | 140,56 | 141,94 |
| Atividades Imobiliárias e Aluguel | 100,00 | 103,32 | 113,42 | 127,28 | 126,38 |
| Administração, Saúde e Educação Públicas | 100,00 | 107,43 | 113,42 | 116,27 | 121,83 |
| Saúde e Educação Mercantis | 100,00 | 104,51 | 109,79 | 118,83 | 119,75 |
| Serviços Domésticos | 100,00 | 99,73 | 105,07 | 109,25 | 107,90 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 2006.

4 CONCLUSÕES

Considerando a análise efetuada nos dados coletados percebe-se que o Produto Interno Bruto – PIB é um indicador que serve de parâmetro para o planejamento público, pois tem por finalidade medir tudo que é produzido em uma nação. Nas Contas Regionais que mede o que foi produzido por cada Unidade da Federação o indicador tem a mesma finalidade, porém poucos governantes apreciam essa ferramenta e a utilizam em seu planejamento governamental.

A questão levantada no presente trabalho tem como resposta que a não utilização do PIB como indicador de projeções econômicas para o planejamento, pode revelar um descompasso entre a economia e a administração pública, que é responsável pelos mecanismos de incentivos para a iniciativa privada podendo gerar um desconforto desenvolvimento de suas políticas locais.

O planejamento governamental sem esta ferramenta não poderá ser preciso e objetivo, pois PIB nos apresenta uma visão de quanto o Governo pode orçar para suas atividades nos próximos anos. E para entender esse processo é só observar que se o PIB está diminuindo, logo, a arrecadação cairá, caindo esta, as obras públicas não poderão ser concluídas no tempo determinado, assim sendo outras atividades públicas serão atingidas, como educação, saúde, segurança etc.

O governo do Amazonas deve criar políticas que acelerem o crescimento do PIB do Estado, afinal este é seu principal indicador que precisamente nos diz como está crescimento e o desenvolvimento da economia local.

O PIB também mensura a renda *per capita* que serve de parâmetro para transferência do FPM e FPE. É também um dos indicadores juntamente com educação e longevidade que formam o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, além de atrair novos investimentos

para o Estado. Através do PIB localiza-se nas atividades que o compõem, o gargalo que dificultam o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

O Estado do Amazonas no período de 2004 e 2005 apresentou crescimento econômico médio no PIB de 10% ao ano, e que se continuasse por pelo menos uns dez anos poderia colocar o Amazonas entre as 10 maiores economias do país. Porém, em 2006 por falta de metas para esse período e as dificuldades internas e externas a economia amazonense reduziu seu crescimento para 2,6%.

A queda no PIB em 2006 e não tomada de decisão para os próximos anos poderá comprometer o planejamento estadual e a realização de obras públicas e de investimento no setor econômico. A queda de crescimento econômico gera uma reação em cadeia, pois, se o volume produtivo da economia está reduzindo é um sinal que a riqueza também.

Se Estado não avaliar o PIB como seu indicador principal e fonte precisa para o Planejamento estará fadado a não cumprir suas metas e objetivos que estão inseridas em seu PPA (Plano Plurianual). E também não atrairá novos investidores e nem a ampliação dos já existentes.

Portanto, cabe a Secretaria de Planejamento do Estado olhar com mais atenção e analisar com mais detalhes o PIB do Amazonas.

5 BIBLIGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto de: A experiência brasileira em planejamento econômico: Uma síntese histórica, Brasília 14 de junho de 2004.

BURZTYN, Marcelo. Ser ou não ser: eis a questão do Estado brasileiro. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 118, nº 3, set/dez 1994.

CEPAL. Planejamento Estadual no Brasil. Brasília: 1965.

CHIAVENATO, I. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: Como agregar talentos à Empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

FONSECA, Luiz Almir M. Metodologia científica ao alcance de todos. 3ª Edição Editora Valer, Manaus, 2008.

_____ apostila Planejamento Governamental e Orçamento Público. Ed. SEPLAN, Manaus, 2008.

HILHORST, Jos G. M. Planejamento Regional. 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores: 1975.

IANNI, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1979

LAFER, Bety N. Planejamento no Brasil. São Paulo, Ed, Perspectiva: 1970.

LOPES, Carlos Thomaz G. Planejamento, Estado e Crescimento. São Paulo. Livraria Pioneira Editora: 1990.

MATUS, Carlos. (1993) Política, Planejamento e Governo. Brasília. Ed. IPEA, Tomos I e II.
PEREIRA E NAKANO, Luiz Carlos Bresser e Yoshiaki; Apostila da FGV/SP:EC-MACRO-L-9, agosto de 1972.

<<http://www.pralmeida.org/>>, acessado em 20/09/2009

<http://www.suapesquisa.com/historiadorbrasil/governo_jk.htm>, acessado em 22/09/2009

<http://www.administradores.com.br/artigos/planejamento_estrategico_em_recursos_humanos/30303/> acessado em 22/09/2009.

< <http://www.ibge.gov.br/home/>> acessado em 21/09/2009

<<http://www.ipea.gov.br/default.jsp> > acessado em 22/09/2009

<<http://www.seplan.am.gov.br/>> acessado em 18/09/2009

Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil / Título VI, Capítulo II, Seção II artigo 165.

<http://pt.wikisource.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1988_da_Rep%C3%ABlica_Federativa_do_Brasil/T%C3%ADtulo_VI#Artigo_165> acessado em 18/09/2009 > acessado 18/09/2009.

